



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

JENISLANE SILVA DE ARAUJO

A IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE
ENFERMAGEM DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR DO CEARÁ

ITAJAÍ
2025

JENISLANE SILVA DE ARAUJO

**A IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO
NO CURSO DE ENFERMAGEM DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR
DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. **Silmara da Costa Maia**

**ITAJAÍ
2025**

JENISLANE SILVA DE ARAUJO

**A IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO
NO CURSO DE ENFERMAGEM DE UMA FACULDADE PRIVADA DO INTERIOR
DO CEARÁ**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade do Vale do Itajaí,

Linha de Pesquisa: Políticas e Práticas de Currículo e Gestão

Itajaí, 21 de março de 2025

Profa. Dra. Verônica Gesser
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Silmara da Costa Maia
UNIVALI – Orientador

Profa. Dra. Ediene do Amaral Ferreira
UNIVALI

Profa. Dra. Lenise Maria Ribeiro Ortega
PUC-MINAS

Dedicatória

Dedico este mestrado à minha família, que sempre me deu apoio incondicional, ao professor Carlos Dias, aos professores Wótila Carneiro e Raphael Viana pelo apoio contínuo e por me permitirem chegar a esta fase da minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Aparecida Cardoso, a primeira pessoa que vi lendo um livro, que, para concluir o ensino médio, mesmo casada e com dois filhos, se deslocava todas as noites para uma cidade a 90 km de distância após um longo dia de trabalho. A ela, meus mais sinceros agradecimentos. Agradeço também à minha avó Maria, que, mesmo depois dos 70 anos de idade, decidiu aprender a ler e escrever, me mostrando que não existe idade para mudanças e que sempre é tempo de aprender.

Sou imensamente grata a Natalia Cândido, que me incentivou em todos os momentos e, nas fases mais difíceis, esteve ao meu lado. A minha orientadora, Profa. Dra. Silmara da Costa Maia, merece um agradecimento especial por sua dedicação, paciência e pelo compromisso em me guiar durante toda essa trajetória. Suas contribuições e ensinamentos foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço também às professoras que compuseram a banca avaliadora, Profa. Dra. Ediene do Amaral Ferreira e Profa. Dra. Lenise Maria Ribeiro Ortega, pelas valiosas contribuições, sugestões e pela leitura atenta do meu trabalho. Suas observações enriqueceram ainda mais esta dissertação e ampliaram minha visão sobre o tema.

Por fim, expresso minha gratidão a todos que fizeram parte desse processo de formação, a todos que me orientaram, apoiaram e incentivaram. Não poderia deixar de citar Lucas Moita e Jaine Sousa, cujas contribuições foram fundamentais para o meu percurso. A cada um que esteve presente nessa caminhada, meu muito obrigada.

“Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.” (Freire, 1969)

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido junto ao grupo de Pesquisa: Políticas e Práticas de Currículo e Gestão, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Stricto Sensu, da Universidade do Vale do Itajaí. Esse estudo trata da implementação da curricularização da extensão no curso de Enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada localizada no interior do Ceará, com foco na integração das atividades de extensão ao currículo acadêmico. A problemática central desta pesquisa gira em torno da implementação da curricularização da extensão no curso de Enfermagem, um processo que visa integrar as atividades extensionistas ao currículo acadêmico. A questão se torna ainda mais relevante diante das dificuldades enfrentadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) na adaptação dos seus projetos pedagógicos, na revisão das matrizes curriculares e na adequação das metodologias de ensino para incluir as práticas extensionistas. Esta pesquisa analisa como está ocorrendo o processo de integração da extensão universitária ao currículo do curso de Graduação em Enfermagem. O objetivo geral foi analisar a implementação da curricularização da extensão universitária neste curso, enquanto os objetivos específicos incluem: descrever o percurso da implantação da curricularização da extensão no curso; identificar os desafios enfrentados durante o processo de implantação; e compreender como o curso está incorporando a curricularização da extensão em seu projeto pedagógico. O aporte teórico da pesquisa se baseia nas discussões sobre a curricularização da extensão e suas implicações na formação acadêmica, com ênfase na legislação e nos paradigmas educacionais contemporâneos. Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa de campo, exploratória, com análise qualitativa, utilizando observação semiestruturada não participativa e aplicação de entrevistas semiestruturadas para os docentes que ministram a disciplina e análise de documentos do curso. Os resultados revelam que a curricularização da extensão no curso de Enfermagem foi iniciada com a elaboração de um projeto pedagógico alinhado às diretrizes da curricularização, incluindo mudanças na matriz curricular, o que permitiu a inclusão das atividades extensionistas. Contudo, a implementação, embora gradual, ainda enfrenta desafios, como a falta de clareza nas metodologias adotadas e a escassez de tempo disponível para os alunos. A integração das atividades extensionistas ocorre em projetos que envolvem o contato com a comunidade, mas a falta de suporte institucional continua sendo um dos principais obstáculos. A pesquisa também destaca a importância de estreitar parcerias com a comunidade local e empresas, além de promover a capacitação contínua dos docentes, estratégias essenciais para superar as dificuldades e melhorar a eficiência na integração das atividades ao currículo. A pesquisa conclui que, apesar dos desafios enfrentados, a curricularização da extensão tem o potencial de gerar um impacto positivo na formação dos estudantes e fortalecer a interação da IES com a sociedade, desde que sejam adotadas medidas que garantam o fortalecimento institucional e o suporte contínuo aos docentes e discentes.

Palavras-Chave: Extensão Universitária. Implementação. Curricularização da Extensão. Curso de enfermagem.

ABSTRACT

This study was developed within the research group: Policies and Practices of Curriculum and Management, linked to the Graduate Program in Education – *Stricto Sensu*, at the University of Vale do Itajaí. The study addresses the implementation of the curricularization of extension in the Nursing course of a private Higher Education Institution (HEI) located in the interior of Ceará, focusing on the integration of extension activities into the academic curriculum. The central issue of this research revolves around the implementation of the curricularization of extension in the Nursing course, a process that aims to integrate extension activities into the academic curriculum. This issue becomes even more relevant due to the difficulties faced by Higher Education Institutions (HEIs) in adapting their pedagogical projects, revising curricular matrices, and adjusting teaching methodologies to include extension practices. The research questions analyze how the process of integrating university extension into the Nursing undergraduate curriculum is occurring. The general objective was to analyze the implementation of curricularization of university extension in this course, while the specific objectives include: describing the process of implementing curricularization of extension in the course; identifying the challenges faced during the implementation process; and understanding how the course is incorporating the curricularization of extension into its pedagogical project. The theoretical framework of the research is based on discussions about the curricularization of extension and its implications for academic formation, with emphasis on legislation and contemporary educational paradigms. Methodologically, a field research approach was chosen, exploratory in nature, with qualitative analysis, using non-participatory semi-structured observation and semi-structured interviews with faculty members teaching the course, as well as an analysis of course documents. The results reveal that the curricularization of extension in the Nursing course began with the development of a pedagogical project aligned with the guidelines for curricularization, including changes to the curriculum matrix, which allowed the inclusion of extension activities. However, the implementation, although gradual, still faces challenges such as the lack of clarity in the methodologies adopted and the limited time available for students. The integration of extension activities takes place in projects involving community engagement, but the lack of institutional support remains one of the main obstacles. The research also highlights the importance of strengthening partnerships with the local community and businesses, as well as promoting continuous faculty training, which are essential strategies to overcome difficulties and improve the efficiency of integrating activities into the curriculum. The research concludes that, despite the challenges faced, the curricularization of extension has the potential to positively impact student training and strengthen the interaction of the HEI with society, provided that measures are adopted to ensure institutional strengthening and continuous support for faculty and students.

Keywords: University Extension. Implementation. Curricularization of Extension. Nursing Course.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 01 – Levantamento de dissertações e teses sobre a implementação da curricularização da extensão..... | 19 |
| Quadro 02 – Distribuição das disciplinas..... | 45 |
| Quadro 03 – Disciplinas selecionadas para observação..... | 46 |
| Quadro 04 – Instrumento para as entrevistas semiestruturados..... | 47 |
| Quadro 05 – Perfil dos participantes das entrevistas semiestruturadas..... | 49 |
| Quadro 06 – Roteiro de observação..... | 50 |
| Quadro 07 – Distribuição dos componentes curriculares de extensão no curso até o 5º período..... | 51 |
| Quadro 08 – Distribuição dos docentes nas disciplinas de extensão no semestre 2024.1..... | 51 |
| Quadro 09 – Cronograma de observação das disciplinas de extensão..... | 52 |
| Quadro 10 – Matriz curricular do Curso..... | 58 |
| Quadro 11 – Eixos temáticos..... | 61 |
| Quadro 12 – Ementa das disciplinas de extensão..... | 63 |
| Quadro 13 – Análise do processo de implementação da curricularização da extensão no curso de Enfermagem..... | 66 |
| Quadro 14 – Plano de Ensino..... | 66 |
| Quadro 15 – Desafios na implementação da curricularização da extensão e sugestões de enfrentamento..... | 89 |

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEN – Associação Brasileira de Enfermagem
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES – Câmara de Educação Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONSUP – Conselho Superior
CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)
ES – Espírito Santo
FOREXT – Encontro Nacional de Extensão
FORGRAD – Fórum de Pró-Reitores de Graduação
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FORPROEXT – Fórum de Pró-reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
GT – Grupo Técnico
HIPAA – Lei de Portabilidade e Responsabilidade do Seguro de Saúde
IES – Instituição de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério de Educação
NEXTIC – Núcleo de Extensão e Iniciação Científica
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PSF – Programa Saúde da Família
PR – Paraná
RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados
RS – Responsabilidade Social
SENADEN – Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil
SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFC – Universidade Federal do Ceará

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | REVISÃO DE LITERATURA/ REFERENCIAL TEÓRICO | 19 |
| 2.1 | REVISÃO DE LITERATURA | 19 |
| 2.2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 28 |
| 2.2.1 | Extensão universitária | 29 |
| 2.2.2 | Curricularização da extensão universitária | 34 |
| 2.2.3 | A curricularização da extensão e os impactos para o Currículo Acadêmico 38 | |
| 2.2.4 | Os desafios da curricularização da extensão | 39 |
| 2.2.5 | Evolução curricular na Enfermagem: da Institucionalização à curricularização da extensão | 43 |
| 3 | METODOLOGIA | 47 |
| 3.1 | Natureza e Tipo de Pesquisa | 47 |
| 3.2 | Contexto da Pesquisa | 47 |
| 3.3 | Procedimentos, Instrumentos e Coleta de Dados | 49 |
| 3.4 | Aspectos Éticos da Pesquisa | 57 |
| 4 | DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA | 60 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 97 |
| | APÊNDICES | 106 |
| | Apêndice 01 – Roteiro de Observação | 107 |
| | Apêndice 02 – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas | 108 |
| | Apêndice 03 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 1 |
| | Apêndice 04 – Cronograma das Observações | 7 |
| | ANEXO | 115 |
| | Anexo 01 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa | 1 |

1 INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão universitária surgiu como uma resposta estratégica aos desafios enfrentados pelo ensino superior no Brasil. Esta iniciativa, promovida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, objetiva integrar a extensão como componente essencial na formação acadêmica, ampliando o escopo das atividades educacionais e aproximando os estudantes da comunidade (Dalmolin e Hertzog, 2015). Essa abordagem busca não apenas a formação acadêmica, mas também fortalecer o papel da universidade na transformação social (Santos, 2022).

Historicamente, o reconhecimento da extensão universitária no Brasil remonta ao Estatuto da Universidade, instituído pelo Decreto-Lei nº 19.851, de 1931, e à promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/1961. No entanto, sua formalização como função acadêmica efetiva ocorreu com a LDB nº 5.540/1968 (FORPROEX, 2006). Posteriormente, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, consolidou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando a extensão como pilar essencial da atuação das IES (Brasil, 1988).

Apesar desse reconhecimento constitucional, a proposta de curricularização da extensão só começou a ganhar destaque com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que nas metas 21 e 23 estabeleceu a obrigatoriedade de que 10% dos créditos curriculares fossem destinados para a extensão. Essa proposta foi renovada no PNE, 2014-2024, na estratégia 12, meta 7, que estabeleceu os fundamentos e os procedimentos para a implementação da curricularização da extensão, orientando as IES a incluir a extensão em seus currículos (Brasil, 2014).

Nesse contexto, a Resolução nº 07/2018/CNE/MEC, publicada em 18 de dezembro de 2018, que institui as diretrizes para a extensão, marcou um ponto crucial para a efetivação dessa política educacional, ao estabelecer normas para a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação. A partir desse marco, as IES passaram a ter a obrigatoriedade de garantir que as atividades extensionistas integrassem, no mínimo 10% da carga horária dos cursos, incluindo essas atividades de forma sistêmica na matriz curricular (Brasil, 2018). A partir desse marco regulatório, as instituições passaram a ter o compromisso de reestruturar seus currículos, de modo a articular ensino, pesquisa e extensão como dimensões indissociáveis da formação superior.

A integração da extensão nos currículos acadêmicos, tem sido, ao longo dos anos, um tema central, nas discussões sobre a formação universitária. De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), a revisão dos currículos deve evidenciar o impacto e a transformação dos discentes. Nesse contexto, o currículo adquire um caráter flexível e transdisciplinar, possibilitando aos estudantes uma formação dinâmica e crítica (FORPROEX, 2006). Essa proposta encontra respaldo na Resolução nº 07/2018/CNE/MEC, que reconhece a curricularização como um eixo estruturante do processo formativo, centrado na articulação entre saberes acadêmicos e demandas sociais (Brasil, 2018).

Para Gadotti (2017), o currículo não deve ser concebido como mero instrumento técnico, mas como construção coletiva, fundamentada na escuta, na reflexão e na práxis. Assim, a inserção da extensão no currículo representa não apenas um requisito legal, mas um desafio para a comunidade acadêmica, que precisa ressignificar suas práticas pedagógicas (Fros, 2017). A proposta extensionista, nesse contexto, contribui para uma formação que articula teoria e prática, favorecendo a atuação dos estudantes diante dos problemas concretos da sociedade (Demo, 2001).

Portanto, a implementação dessa política educacional exige mudanças significativas na estrutura curricular e nas práticas pedagógicas das IES. Esse processo inclui a adaptação da sala de aula, a reformulação dos métodos de avaliação e a reestruturação do currículo para integrar atividades extensionistas de forma efetiva, revelando, assim, uma série de obstáculos e oportunidades (Ribeiro; Mendes; Silva, 2018).

Para consolidar a curricularização da extensão, é necessário revisar os currículos para incorporar projetos e atividades extensionistas alinhados aos objetivos de aprendizagem dos cursos. Essa integração pode ser aprimorada através da inclusão de novas disciplinas e da reestruturação das ementas, que conectem o conhecimento acadêmico às necessidades da comunidade (Gomes; Alvim; Cunha, 2024). Carvalho e Silva (2021), defendem que a curricularização da extensão exige compromisso coletivo de professores, alunos e gestores, além da definição clara de objetivos e estratégias de avaliação que considerem tanto os aspectos acadêmicos quanto os práticos. A avaliação deve reconhecer o impacto das atividades

extensionistas no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de competências dos estudantes.

Almeida e Silva (2019) destacam que a mudança curricular deve criar espaços e oportunidades para que os alunos se envolvam com a comunidade e aplicam o conhecimento adquirido. A curricularização da extensão, portanto, representa um avanço em direção a uma educação mais conectada com a realidade social e com as necessidades da sociedade, promovendo uma formação mais integral e voltada para o bem-estar social.

No contexto do curso de Graduação em Enfermagem de uma faculdade privada do interior do Ceará, a curricularização da extensão representa um desafio significativo e uma oportunidade para reforçar a relevância e o impacto social na qualificação profissional dos estudantes (Nogueira, 2005). A integração da extensão ao currículo do curso de Enfermagem exige uma revisão profunda das práticas pedagógicas e do próprio currículo.

As mudanças provocadas pela curricularização devem ser planejadas com rigor para garantir que a extensão não se torne apenas uma disciplina adicional, mas sim um componente central na formação acadêmica e prática dos futuros profissionais de saúde (Demo, 2001). Este processo é impulsionado pela necessidade de alinhamento com as normas educacionais nacionais e pela busca de uma formação que prepare os estudantes não apenas para o exercício profissional, mas que também promova o engajamento com a comunidade (Gadotti, 2017).

A implementação da curricularização da extensão representa uma medida estratégica para atender às exigências legais e proporcionar aos alunos oportunidades de aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula em contextos reais. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da faculdade analisada, incorporou a extensão na matriz curricular dos cursos de graduação através da disciplina "Projeto Interdisciplinar de Extensão", que assegura que pelo menos 10% da carga horária total dos cursos sejam de atividades extensionistas. A análise da implementação da curricularização da extensão neste curso é fundamental para compreender como essa integração está sendo realizada e quais são os desafios e benefícios associados (PDI, 2024).

Analisar como essa integração tem ocorrido no curso de Enfermagem é fundamental para compreender os avanços, desafios e benefícios associados ao

processo. Com esse propósito, este estudo tem como objetivo central analisar a implementação da curricularização da extensão universitária no Curso de Graduação em Enfermagem de uma faculdade privada do interior do Ceará. Para tanto, propõem-se os seguintes objetivos específicos: descrever o percurso da implantação da curricularização da extensão no curso; identificar os desafios enfrentados pelo curso durante o processo de implantação da curricularização da extensão e compreender como o curso está incorporando a curricularização da extensão em seu projeto pedagógico.

A fim de atingir tais objetivos, foi necessário considerar o percurso do processo da curricularização da extensão, os desafios enfrentados e a incorporação dessa abordagem no projeto pedagógico do curso (Ribeiro; Mendes; Silva, 2018).

A análise dessa experiência implica considerar tanto os aspectos operacionais quanto as diretrizes institucionais que norteiam a política de extensão. A relevância do presente estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre a integração entre formação acadêmica e compromisso social, especialmente em instituições privadas, nas quais o processo de consolidação da curricularização ainda está em curso (Benetti; Souza; Souza, 2015).

A escolha do curso de Enfermagem justifica-se pelo seu papel estratégico na formação de profissionais comprometidos com a promoção da saúde e com o atendimento às demandas sociais e comunitárias.

Desde 2022, tenho atuado como responsável pelo setor de Regulação da instituição, o que me proporcionou participação direta na implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação. Essa experiência ampliou minhas responsabilidades no acompanhamento do processo e na garantia de que a integração da extensão fosse realizada em consonância com as diretrizes institucionais e normativas. Esse contexto confere ainda mais pertinência ao presente estudo, ao permitir uma análise situada e comprometida com a melhoria das práticas pedagógicas, contribuindo, assim, para o fortalecimento da extensão universitária como um dos pilares da formação superior (Pereira e Vitorini, 2019).

Diante do exposto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **como a curricularização da extensão universitária tem sido efetivada no currículo do curso de Graduação em Enfermagem de uma faculdade privada do interior do Ceará?**

A resposta a essa pergunta permitirá aprofundar o debate sobre a integração da extensão nos currículos de cursos da área da saúde, promovendo uma formação dialógica, reflexiva e socialmente comprometida. Com isso, espera-se contribuir para o avanço do conhecimento sobre a prática extensionista e sua inserção na educação superior brasileira.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, incluindo as Referências. No Capítulo 1, é apresentada a Introdução, com destaque para os principais pontos relacionados à implementação da curricularização da extensão universitária, além dos objetivos e justificativas para sua inserção no curso de Enfermagem de uma faculdade privada no interior do Ceará.

O Capítulo 2 aborda, com base na literatura especializada, os aspectos históricos e legais da extensão universitária, bem como o processo de curricularização da extensão. O capítulo também explora os desafios associados à implementação da extensão universitária e a importância da sua integração no currículo do curso de Enfermagem.

No Capítulo 3, detalha-se a metodologia empregada na condução da pesquisa, incluindo as estratégias de coleta de dados, os instrumentos utilizados e a justificativa para sua escolha, garantindo rigor científico.

O Capítulo 4 aborda a análise e discussão dos resultados obtidos, relacionando os achados às teorias e estudos previamente apresentados no referencial teórico, além de identificar implicações relevantes.

Por fim, o Capítulo 5 traz as considerações finais, sintetizando as principais contribuições do estudo, destacando suas limitações e sugerindo caminhos para futuras pesquisas na área.

2 REVISÃO DE LITERATURA/ REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão de literatura e o referencial teórico desta pesquisa fornecem o arcabouço necessário para orientar a análise dos dados empíricos e discutir os resultados de maneira crítica, alinhada com os avanços acadêmicos mais recentes. A escolha das produções acadêmicas e do referencial teórico fundamentam a reflexão sobre os desafios enfrentados na implementação dessa prática no curso de Enfermagem. Esse processo envolve evidenciar as dificuldades e as oportunidades geradas pela inclusão das práticas extensionistas no currículo do curso de Enfermagem, destacando a relevância dessas experiências para a formação integral do aluno, que discutem a importância da curricularização para a integração entre a academia e a sociedade, promovendo uma formação mais crítica e cidadã.

2.1 Revisão de Literatura

A fim de evidenciar a importância da presente pesquisa, que se debruça sobre a implementação da curricularização da extensão universitária no curso de Enfermagem, realizou-se um levantamento sistemático de dissertações e teses relacionadas ao tema, delimitando-se o recorte temporal entre os anos de 2017 e 2023. Para garantir a pertinência dos trabalhos selecionados, empregaram-se agrupamentos de palavras-chave criteriosamente definidos, de modo a assegurar a adequação ao escopo investigativo da pesquisa. Os termos empregados foram: *1. Curricularização da extensão; 2. Implementação AND curricularização da extensão universitária; 3. Curricularização da extensão universitária AND graduação; 4. Curricularização da extensão universitária AND currículo; 5. Curricularização da extensão universitária AND enfermagem; e 6. Curricularização da extensão AND cursos.*

Inicialmente, foram identificados 59 trabalhos que tratavam do tema da curricularização da extensão. Desses, 18 abordam especificamente a implementação da curricularização em diferentes cursos de graduação.

A seguir, são apresentadas algumas produções sobre a implementação da curricularização da extensão universitária em cursos de graduação.

Quadro 01 – Levantamento de dissertações e teses sobre a implementação da curricularização da extensão

| | | |
|----|---|---|
| 01 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Fernando Lazaretti Onorato Silva • Dos Entraves Curriculares à Formação Identitária: Uma Análise da Curricularização da Extensão nos Cursos de Licenciatura • 2023 • Dissertação • Ensino Superior; Políticas Educacionais; Curricularização da Extensão; Formação Inicial de Professores; Identidade Docente |
| 02 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Tome de Padua Frutuoso • O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal De Santa Catarina — IFSC • 2020 • Dissertação • Curricularização da Extensão; Extensão; Educação Profissional |
| 03 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Lazaro Lopes Jeronymo • Gestão estratégica das atividades de extensão no curso de Engenharia Civil/UFJF: sugestões para a implantação das ações extensionistas no curso • 2021 • Dissertação • Curricularização da extensão; Extensão; Universidade; Engenharia Civil |

| | | |
|----|---|--|
| 04 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Úrsula Tatiana Timm • A curricularização da extensão universitária: possibilidades em um curso de matemática licenciatura • 2018 • Dissertação • Extensão Universitária; Formação Inicial de professores; Interação universidade-escola |
| 05 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Carmen Lia Remedi Fros • Curricularização da extensão: sugestões para a implantação no curso de Administração da UNIPAMPA • 2017 • Dissertação • Extensão Universitária; Curricularização da extensão; Plano Nacional de Educação; Políticas Públicas; Administração |
| 06 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Ana Paula Fliegner dos Santos • Curricularização da extensão: Projeto Comunitário nos cursos de Graduação do Centro Universitário- Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul • 2017 • Dissertação • Currículo; Projeto Comunitário; Curricularização de Extensão |

| | | |
|----|---|--|
| 07 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Marcos Savio Gomes Cardoso • Design e educação: o uso da metodologia “projeto” como disciplina de extensão em cursos técnicos. • 2023 • Dissertação • Cursos Técnicos; Curricularização da Extensão; Design; Educação. |
| 08 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Leandro Gaspar Conterato • A curricularização da extensão universitária como política pública e suas repercussões no desenvolvimento regional: estudo de caso da implantação em curso de Engenharia Civil em instituição municipal no interior de São Paulo • 2023 • Dissertação • Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação; Extensão universitária 2018; Desenvolvimento regional e políticas públicas; Ensino superior e curricularização da extensão universitária em engenharia civil |
| 09 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Viviane Goncalves Lapa Raulino • A curricularização da extensão presente em ações de Educação Ambiental em cursos de graduação da UFSC • 2022 • Dissertação |

| | | |
|----|---|--|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Curricularização da Extensão; Educação Ambiental; Ensino Superior |
| 10 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Tuane Martins Correa • Movimentos da curricularização da extensão na formação docente no curso de Licenciatura em Física da UFSC • 2022 • Dissertação • curricularização da extensão; ensino de física; formação de professores |
| 11 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Neylane de Souza Lima • Inserção da extensão na graduação: um estudo nos cursos de saúde da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina • 2023 • Ensino superior; extensão universitária, sociedade; saúde |
| 12 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Candisse Schirmer • Extensão universitária: a produção e a aplicação do conhecimento em contextos reais em cursos de graduação em Direito na região centro do Estado do Rio Grande do Sul • 2020 • Extensão na Educação Superior; Graduação em Direito; |

| | | |
|----|--|---|
| | Palavras Chaves: | Curricularização da extensão; Indissociabilidade; Aprendizagem discente |
| 13 | Autor: Título: Ano: Tipo de Trabalho de Conclusão: Palavras Chaves: | <ul style="list-style-type: none"> • Samanta Ramos dos Santos • A curricularização da extensão nos cursos superiores de tecnologia do IFPR: concepções e subsídio para a inserção curricular • 2022 • Atividade extensionista; Creditação curricular da extensão; Educação profissional e tecnológica; Cursos tecnólogos; IFPR |
| 14 | Autor: Título: Ano: Tipo de Trabalho de Conclusão: Palavras Chaves: | <ul style="list-style-type: none"> • Rosinete Silva Macedo • Ambientalização nos processos de curricularização e formação epistêmica no ensino das Engenharias: um estudo de caso no curso de Engenharia Mecânica do Campus Universitário de Tucuruí • 2019 • Ambientalização; Curricularização; Interdisciplinaridade; Formação Sistêmica. |
| 15 | Autor: Título: Ano: | <ul style="list-style-type: none"> • Rafael Castello Branco Ciarlini • Curricularizando a extensão à luz da pedagogia historicocrítica no curso técnico integrado em cooperativismo do IFMA: da síncrese à síntese • 2023 |

| | | |
|----|---|---|
| | <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Dissertação • Extensão; Currículo; Trabalho; Educação Profissional e Tecnológica; Pedagogia Histórico-crítica. |
| 16 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Laura Reily de Souza • A experiência extensionista no curso de Arquitetura e Urbanismo da USF: narrativas autobiográficas insurgentes • 2023 • Tese • História da educação; Ensino superior no Brasil; Extensão universitária; Curricularização da extensão; Ensino de Arquitetura e Urbanismo; Universidade São Francisco; pesquisa narrativa. |
| 17 | <p>Autor:</p> <p>Título:</p> <p>Ano:</p> <p>Tipo de Trabalho de Conclusão:</p> <p>Palavras Chaves:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Jônia Tircia Parente Jardim Albuquerque • O potencial inovador de ações extensionistas refletido nas práticas docentes de cursos de graduação da UVA-CE: o caso das Ligas Acadêmicas • 2023 • Tese • Extensão Universitária; Prática Docente Universitária; Liga Acadêmica; Inovação Pedagógica; Curricularização da Extensão |

| | | |
|----|--|---|
| 18 | Autor: Título: Ano: Tipo de Trabalho de Conclusão: Palavras Chaves: | <ul style="list-style-type: none"> • Darlan Pez Wociechoski • Estratégia política de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação: a construção nacional do texto e a implementação na UFRJ • 2021 • Extensão universitária; Curricularização; Política educacional; Educação superior; Burocracia |
|----|--|---|

Legenda:

| | | |
|-------------|------|--|
| Dissertação | Tese | Dissertação que aborda o curso de Enfermagem |
|-------------|------|--|

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A análise das produções acadêmicas sobre a implementação da curricularização da extensão universitária revela um cenário dinâmico e, ao mesmo tempo, desafiador, especialmente em cursos de graduação da área da saúde. Entre os achados da pesquisa, destaca-se uma dissertação que aborda a inserção da extensão nos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição, oferecendo uma contribuição relevante para a compreensão do processo de curricularização nesses cursos. A dissertação de Neylane de Souza Lima, que aborda a inserção da extensão nos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição da Universidade de Pernambuco, (Lima, 2023), intitulada *“Inserção da extensão na graduação: um estudo nos cursos de saúde da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina”* defendida pela Universidade de Pernambuco Campus Petrolina, encontrada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPS.

Embora voltada à compreensão do processo de inserção das atividades extensionistas nas matrizes curriculares dos cursos da área da saúde em geral, essa dissertação é particularmente relevante por incluir uma análise específica do curso de Enfermagem, oferecendo subsídios valiosos para a discussão sobre a curricularização nesse contexto. Dessa forma, o presente estudo não apenas dialoga com a literatura

existente, mas também visa contribuir com soluções práticas para os desafios identificados, favorecendo a integração da extensão no currículo de maneira mais fluida e eficaz (Carvalho e Silva, 2021).

Lima (2023) utiliza uma metodologia de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, exploratória a pesquisa foi classificada como bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O objetivo geral do estudo foi compreender o processo de implantação de 10% de atividades extensionistas nas matrizes curriculares dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina. Os objetivos específicos incluíram: analisar os Projetos Pedagógicos mais recentes dos cursos da área de saúde do referido campus para verificar como estão sendo atendidas as diretrizes de extensão, identificar áreas que necessitam de aprimoramento no desempenho da curricularização da extensão, com base na percepção dos profissionais envolvidos no planejamento estratégico da implantação, conhecer as estratégias adotadas para o desenvolvimento das atividades extensionistas e produzir um e-book que compile sugestões dos participantes da pesquisa, integrado à abordagem da Ecologia de Saberes.

A análise documental revelou que os cursos estão em transição, com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) parcialmente ajustados e em processo de reformulação e reorganização.

Os resultados das entrevistas semiestruturadas revelaram que, o corpo docente apresenta anseios, dúvidas e dificuldades em relação a esse processo de mudança no currículo. As principais dificuldades apresentadas foram em relação a carga horária, financiamento e estrutura, bem como a falta de articulação da instituição para o desenvolvimento das atividades, a resistência de alguns professores e a falta de entendimento sobre a inserção da extensão. Apesar dessas dificuldades, os docentes reconhecem a importância da inserção das atividades extensionistas no currículo. Observou-se que os alunos não participaram ativamente da elaboração e das discussões das atividades de extensão, que estão mais alinhadas ao perfil do professor.

De acordo com Lima (2023), a maioria dos participantes reconhece o impacto significativo e a transformação social promovida pelas atividades de extensão nas universidades, destacando também os efeitos positivos na formação acadêmica dos estudantes.

A dissertação de Lima (2023) desta que apesar do reconhecimento da importância da extensão para a formação dos estudantes, a implementação enfrenta obstáculos significativos, destacando-se carência de recursos e a resistência dos docentes. Além disso, a baixa participação dos alunos nas discussões reduz o impacto transformador da extensão. Apesar desses desafios, o estudo ressalta o potencial social e formativo dessas atividades e oferece importantes percepções para aprimorar a curricularização da extensão, aprofundando o debate e oferecendo diretrizes para futuras ações no ensino superior.

A revisão da literatura e a análise de dissertações de Lima (2023) proporcionam uma visão valiosa para o desenvolvimento da curricularização da extensão no curso de Enfermagem, além de oferecer subsídios teóricos para a implementação de práticas extensionistas mais eficazes e alinhadas com as diretrizes nacionais (Dalmolin e Hertzog, 2015). Dessa forma, o presente estudo não apenas dialoga com a literatura existente, mas também visa contribuir com soluções práticas para os desafios identificados, favorecendo a integração da extensão no currículo de maneira mais fluida e eficaz (Carvalho e Silva, 2021),

Esse estudo destaca a continuidade da pesquisa e o aprimoramento da curricularização da extensão como passos essenciais para consolidar a função transformadora da universidade na formação dos estudantes e no impacto positivo sobre a sociedade (Lima, 2023).

2.2 Referencial Teórico

O referencial teórico constitui um arcabouço conceitual sólido que orienta a análise dos dados empíricos e possibilita uma discussão crítica dos resultados, em consonância com os avanços mais recentes da produção científica na área. A seleção dos autores e das obras de referência está pautada na relevância acadêmica e na pertinência temática, com o intuito de dar visibilidade às questões centrais da curricularização da extensão, favorecendo uma compreensão aprofundada de seus impactos na formação dos estudantes e na articulação entre ensino superior e sociedade.

Por meio de uma análise criteriosa de teses, dissertações e outros estudos acadêmicos que versam sobre a temática, este capítulo busca não apenas fundamentar a escolha do objeto de pesquisa, mas também ampliar a compreensão sobre os efeitos e os desafios da curricularização da extensão no processo formativo

dos discentes do curso de Enfermagem. Ao examinar criticamente as produções que discutem a extensão universitária e sua inserção nos currículos dos cursos de graduação, apresenta-se uma abordagem atualizada e abrangente das transformações no ensino superior e de suas interfaces com as práticas sociais e comunitárias. Assim, este capítulo fornece os fundamentos teóricos indispensáveis para a interpretação dos dados e para a elaboração de análises fundamentadas ao longo da pesquisa.

2.2.1 Extensão universitária

Para compreender a curricularização da extensão, é fundamental analisarmos o processo de institucionalização da extensão universitária nos cursos de graduação. Isso envolve uma revisão histórica que abrange desde os primeiros marcos da extensão universitária até o processo de curricularização, convergindo com a publicação da Resolução nº 07/2018/CNE/MEC (Brasil, 2018).

A extensão universitária está associada a diferentes concepções que ainda hoje geram debates no meio acadêmico sobre o compromisso da universidade na sociedade. Duas perspectivas principais podem ser identificadas. A primeira, originada na Inglaterra e disseminada pelo continente europeu, reflete o engajamento das universidades com movimentos sociais e institucionais, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos do sistema capitalista. A segunda vertente, proveniente dos Estados Unidos, foca na mobilização das universidades para o enfrentamento das questões econômicas e tecnológicas, buscando uma maior aproximação da universidade com o setor empresarial (Paula, 2013).

No Brasil o surgimento da extensão universitária, emerge como componente significativo do processo educacional brasileiro (Scott, 2006). Inicialmente, essa prática tinha um caráter assistencialista, limitando-se à prestação de serviços à sociedade, como consultoria e aconselhamento, frequentemente voltados a elite, monarcas e altos clero (Duch, 2006).

A história da extensão universitária brasileira atravessou várias fases. Em 1911, foram realizados cursos e conferências na Universidade Livre de São Paulo, juntamente com a prestação de serviços pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa de Minas Gerais, que marcaram o início do diálogo entre a universidade e a sociedade. Essas atividades promoveram a construção de novos conhecimentos e saberes, e iniciaram a interação indissociável entre o ensino, a

pesquisa e a extensão, apesar de ainda não estarem formalmente institucionalizadas. Simultaneamente, a participação ativa dos estudantes na União Nacional dos Estudantes (UNE), nas décadas de 1950 e 1960 foi fundamental, pois promoveram movimentos políticos e culturais que buscavam aproximar a universidade com a sociedade e as camadas populares. Esses movimentos provocaram uma série de reflexões sobre o exercício da universidade e as metodologias que permitissem uma análise crítica da sua prática (FORPROEX, 2012).

Além das contribuições dos estudantes, que consideravam a extensão um canal para interação da universidade com a sociedade, destacam-se as primeiras atividades junto à comunidade com os projetos Rondon e CRUTAC. Formalmente implantado em 1966, o Projeto Rondon visava equiparar o universitário com a realidade brasileira, incentivando seu engajamento no desenvolvimento nacional e comunitário. No entanto, alguns autores consideram essa iniciativa do governo militar uma estratégia para silenciar os estudantes que defendiam projetos voltados às comunidades carentes. O Projeto CRUTAC, também criado em 1966 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, oferecia aos estudantes oportunidades de estágio junto às comunidades rurais (Nogueira, 2018).

A formalização da extensão universitária na legislação brasileira ocorreu com o Decreto – Lei nº 19.851 de 1931, que incluiu o termo "extensão universitária" no Estatuto das Universidades Brasileiras, definindo-a como atividades educacionais e utilitárias realizadas pelos institutos da universidade, com autorização do Conselho Universitário (Brasil, 1931).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), (Lei de n.º 5.540 de 1968), a extensão universitária foi formalmente normatizada (Brasil, 1968).

Segundo Souza (2001), a LDB introduziu a obrigatoriedade da inclusão de extensão no currículo das IES, entretanto a sua prática ainda estava associada à prestação de serviços, sem alterações significativas, no entanto, a LDB, possibilitou ao Ministério da Educação (MEC) desenvolver a primeira política de Extensão Universitária e, em seguida, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que viabilizou a proposta da política universitária para as IES.

Para Gadotti (2017), a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em novembro de 1987, foi um acontecimento crucial, pois definiu a extensão universitária como um processo formativo, cultural e

acadêmico que integrando o ensino e a pesquisa de maneira indissociável, possibilitou uma interação ativa entre universidade e sociedade, onde o conhecimento acadêmico e o saber popular se conectam. Ainda na perspectiva de Gadotti (2017) a Constituição de 1988, no artigo 207, consagrou a extensão universitária como uma das finalidades da universidade (Brasil, 1988).

Apesar dos avanços e conquistas proporcionados pela Constituição Federal de 1988 no campo educacional, Santos Filho (2013) observa que o Brasil ainda carecia de uma organização educacional condizente com sua própria realidade. Mudanças mais significativas começaram a ser implementadas apenas com a promulgação da LDB, nº 9.394/96, em 1996. Essa legislação estabeleceu as diretrizes e bases para a educação em todo o país, promovendo uma reestruturação do sistema educacional brasileiro (Sobreira e Silva, 2012). As normatizações estabelecidas pela LDB possibilitaram às Instituições de Ensino Superior (IES) uma reavaliação de sua missão essencial, agora compreendida como a promoção da aprendizagem por meio do ensino, da pesquisa e da aplicação do conhecimento (Santos Filho, 2013).

Dentro dessa perspectiva, a universidade passou a adotar três objetivos principais voltados para a pesquisa e o ensino. A pesquisa, pois a verdade só é acessível a quem a busca de forma sistemática; a educação integral do ser humano, e o ensino das habilidades profissionais voltadas para a formação completa. Dessa forma, pode-se concluir que a extensão universitária surgiu a partir desta abordagem (Santos Filho, 2013).

Na visão de Paula (2013) a extensão universitária entrou em uma nova fase no período pós-ditadura, voltada para as demandas emergentes, nos sujeitos de direitos e demandas do setor produtivo, especialmente nas áreas de tecnologia e serviços. Desde 1990, o Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX), desempenhou um papel crucial na formulação da política de extensão universitária. O FORPROEX foi fundamental na conceituação e institucionalização da extensão, na mediação das políticas públicas voltadas para sua promoção e na elaboração de mecanismos de avaliação e monitoramento (Paula, 2013).

Em 2012, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) definiu a extensão universitária como um processo interdisciplinar, educativo e transformador, sustentado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse processo abrange dimensões culturais, científicas e políticas, promovendo uma

interação dinâmica entre a universidade e os diversos setores da sociedade, o que contribui tanto para o desenvolvimento social quanto para a formação integral dos estudantes (FORPROEX, 2012).

Nesse sentido, a extensão universitária rompe com os limites do espaço institucional, favorecendo um diálogo concreto com a comunidade. Coelho (2014) ressalta que, ao se aproximar da realidade social, a universidade proporciona aos estudantes uma vivência direta com os problemas sociais, o que amplia sua compreensão crítica e o compromisso ético com a transformação social. Gadotti (2017), por sua vez, reforça que esse envolvimento favorece uma educação libertadora, pois permite que os discentes aprendam com a sociedade e levem esse aprendizado de volta para o espaço acadêmico, produzindo um conhecimento contextualizado, participativo e emancipador.

As diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária, formalizadas pelo FORPROEX no Plano Nacional de Extensão de 1999, fundamentam-se em cinco princípios: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social (FORPROEX, 2012). Com base nessas diretrizes, durante o XVII Encontro Nacional do Fórum, realizado em Vitória (ES) em 2001, foi criado um Grupo Técnico (GT) com a missão de subsidiar a implantação desses princípios e divulgar práticas exitosas desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) (Souza, 2019).

Esse GT buscou consolidar parcerias estratégicas, especialmente com o Fórum de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD), responsável pela discussão da flexibilização curricular. Além disso, o grupo reuniu experiências de instituições referência, sensibilizando a comunidade acadêmica quanto ao papel social da universidade e fortalecendo a extensão como uma dimensão estruturante da formação universitária (FORPROEX, 2001).

A atuação extensionista, ao promover a troca de saberes entre a universidade e a sociedade, dinamiza os currículos e estimula o protagonismo estudantil. Ao proporcionar uma aprendizagem significativa e experiencial, a extensão permite que os discentes se tornem agentes de transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Souza, 2019). Nessa perspectiva, Gadotti (2017) argumenta que a educação que emerge das práticas extensionistas se ancora

na pedagogia do diálogo e da escuta, valorizando os saberes populares e comunitários como parte essencial do processo educativo. Assim, a extensão se configura como uma ferramenta potente para a concretização de uma universidade socialmente referenciada.

Para Jesus e Santos (2013), a aprendizagem promovida pela extensão está relacionada à busca ativa por soluções às demandas comunitárias e ao compromisso com os grupos socialmente vulnerabilizados, elementos centrais da Responsabilidade Social (RS) das IES. Sob esse prisma, a universidade deve integrar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todas as suas dimensões, respondendo às exigências sociais e promovendo um diálogo formativo contínuo (Gonçalves, 2016).

Santos (2016) corrobora essa visão ao destacar que a indissociabilidade constitui um alicerce para a qualidade acadêmica, estimulando uma reflexão crítica e promovendo a emancipação teórico-prática dos sujeitos envolvidos. Complementarmente, Gonçalves (2016) observa que o ensino, quando desvinculado da pesquisa, tende à repetição e ao esvaziamento do sentido crítico; e que a pesquisa, dissociada do ensino e da extensão, pode se tornar um exercício isolado. Para evitar tais distorções, defende-se uma universidade dialógica, inovadora e comprometida com transformações institucionais significativas.

A partir dessa concepção integrada, a indissociabilidade deve engendrar uma articulação entre teoria e prática que favoreça a formação crítica, cidadã e ética. Gonçalves (2016) enfatiza que essa articulação implica a construção de proposições teóricas, educacionais e metodológicas voltadas à formação e produção do conhecimento em estreita ligação com as realidades sociais. Nesse mesmo direcionamento, Pereira e Vitorini (2019) reforçam que a aplicação sistemática desse princípio ao currículo acadêmico potencializa o papel formativo da extensão e contribui para a formação de profissionais mais sensíveis às demandas da coletividade.

Por fim, Gadotti (2017) conclui que a universidade, ao assumir sua responsabilidade social por meio da extensão, reafirma seu compromisso com a democracia, com os direitos humanos e com o desenvolvimento sustentável, tornando-se um espaço de resistência e de esperança frente às desigualdades e exclusões sociais.

2.2.2 Curricularização da extensão universitária

Nesse cenário, a curricularização da extensão universitária configura-se como uma estratégia essencial para a concretização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação mais integrada e dialógica. A proposta de inserção da extensão nos currículos de graduação teve origem no PNE 2001–2010, que, por meio das metas 21 e 23, estabeleceu a exigência de que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos fosse destinada a atividades extensionistas.

Essa diretriz foi reafirmada e ampliada no plano seguinte (PNE 2014–2024), o qual representou um avanço significativo ao propor uma maior aproximação entre o conhecimento acadêmico e as demandas concretas da sociedade brasileira. Tal deslocamento de perspectiva reforça a compreensão da extensão como uma prática emancipadora, conforme defendido por Gadotti (2017), que destaca a necessidade de superar o modelo tradicional de ensino para uma atuação universitária socialmente comprometida.

O processo de valorização da extensão ganhou novo impulso em 2009, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 59, que elevou o status do PNE à categoria de exigência constitucional. Essa medida fortaleceu o papel do plano como instrumento estratégico para o desenvolvimento educacional do país (BRASIL, 2009), conferindo maior legitimidade às suas diretrizes.

No PNE vigente (2014–2024), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a meta 12, em sua estratégia 12.7, estabelece a obrigatoriedade de incluir, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão, priorizando ações voltadas para áreas de reconhecida relevância social. Essa normativa representa um esforço concreto para integrar a extensão ao cotidiano acadêmico, reconhecendo sua importância na formação crítica e cidadã dos estudantes.

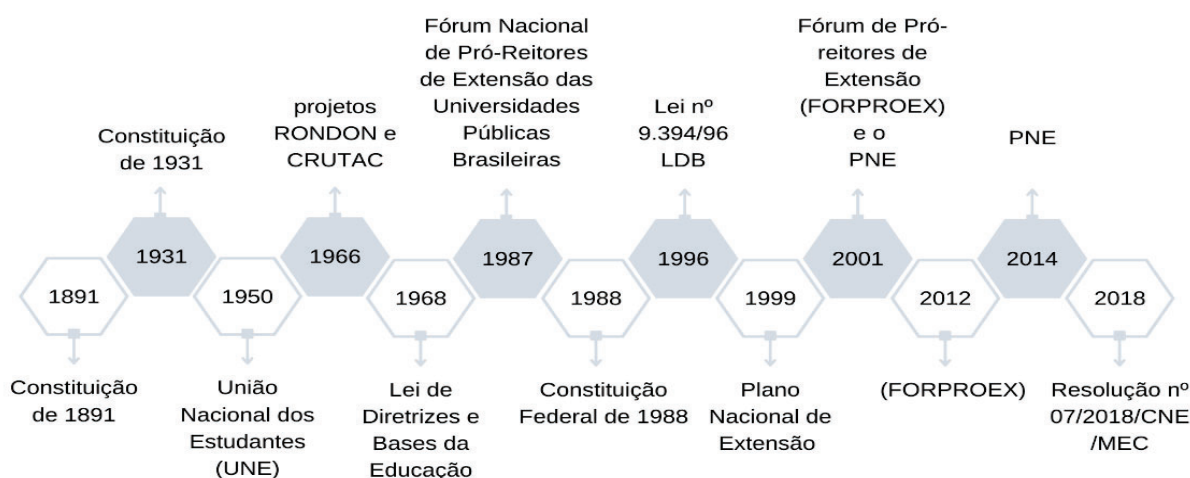
Apesar desses avanços, conforme apontam Silva e Kochhann (2018), a efetivação dessa política ainda encontra entraves em diversas IES, seja pela ausência de regulamentações internas, seja pela limitada compreensão sobre o potencial transformador da extensão. Nesse contexto, Fávero (2009) enfatiza que a simples criação de normas não é suficiente para garantir sua aplicação, sendo imprescindível

a existência de condições institucionais e estruturais que possibilitem sua concretização.

Com o intuito de regulamentar a estratégia 12.7 da meta 12, foi publicada a Resolução nº 07/2018/CNE/MEC, homologada em 17 de dezembro de 2018. Este documento normatiza a extensão na educação superior brasileira, suprimindo lacunas conceituais e estabelecendo parâmetros para a inserção efetiva da extensão nos currículos de graduação (BRASIL, 2018). De acordo com Ferreira (2020), essa resolução representa um marco na consolidação da extensão universitária, ao reafirmar sua relevância acadêmica e social e fortalecer sua institucionalização nas IES.

Para demonstrar cronologicamente os marcos legais da extensão universitária, apresenta-se a Figura 1:

Figura 01 – Cronologia dos marcos legais da extensão universitária.



Fonte: Figura elaborado pela autora (2024).

Para Pereira (2023), a curricularização da extensão deve ser entendida não como uma obrigação institucional, mas como uma oportunidade significativa de alinhar o currículo à realidade social. Esse movimento confere sentido ampliado à prática acadêmica, transformando as formas de compreender o ensino e a aprendizagem. Ainda segundo o autor, trata-se de um marco na trajetória da extensão universitária no Brasil, abrindo possibilidades para uma nova etapa de sua consolidação.

Nesse sentido, o Artigo 3º da Resolução nº 07/2018/CNE/MEC redefine o conceito de extensão na Educação Superior como uma atividade intrinsecamente integrada à matriz curricular e à estrutura da pesquisa. A extensão é caracterizada como um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, promovendo uma interação transformadora entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e os diversos setores da sociedade, por meio da produção e aplicação do conhecimento articulado ao ensino e à pesquisa (BRASIL, 2018).

Tal perspectiva é reforçada pelo Artigo 5º do mesmo documento, ao estabelecer diretrizes para a integração da extensão ao currículo. Por meio de um diálogo de mão dupla e da troca de saberes entre a universidade e a sociedade, a prática extensionista torna-se essencial na construção de conhecimentos que ultrapassam os muros acadêmicos e contribuem para a transformação social. Além disso, destaca-se a importância da formação cidadã dos estudantes, fundamentada em experiências interprofissionais e interdisciplinares que devem estar plenamente incorporadas à matriz curricular. Essa articulação entre ensino, pesquisa e extensão promove mudanças significativas tanto nas instituições quanto nas comunidades envolvidas.

Gadotti (2017) argumenta que a curricularização da extensão pressupõe uma aproximação efetiva da universidade com demandas sociais prioritárias, como a Educação Básica, o desenvolvimento nacional e a atuação junto a movimentos sociais e instâncias públicas. O autor alerta que, sem uma abordagem extensionista crítica e engajada, a política de extensão corre o risco de tornar-se meramente formal, o que representa um desafio substancial para as IES. Diante disso, torna-se fundamental compartilhar experiências já vivenciadas e promover uma reflexão crítica, evitando retrocessos nos processos já iniciados.

Em consonância com essa abordagem, o Artigo 6º da Resolução nº 07/2018/CNE/MEC enfatiza a necessidade de uma interação dialógica, colaborativa e transformadora com os diferentes segmentos da sociedade, favorecendo a interculturalidade. O inciso V do mesmo artigo reforça o papel ativo da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento de problemáticas sociais relevantes, abrangendo aspectos essenciais do desenvolvimento econômico, social e cultural. Dessa forma, a resolução consolida o papel da universidade como agente catalisador de mudanças sociais e promotora de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Já o Artigo 7º define as atividades extensionistas como aquelas que envolvem diretamente as comunidades externas às IES e que estejam vinculadas à formação dos estudantes, conforme as diretrizes estabelecidas na própria resolução e nas normativas institucionais (Brasil, 2018). Gomes (2016) salienta que um dos maiores desafios contemporâneos para a extensão é garantir que os estudantes internalizem os princípios de cidadania presentes nas práticas extensionistas. Assim, o êxito da curricularização está intrinsecamente ligado à clareza na definição dessas atividades no âmbito dos cursos de graduação.

Ainda no tocante à implementação da curricularização, Gadotti (2017) propõe que os projetos de extensão inseridos como componentes curriculares devem ser concebidos a partir de um diálogo constante entre docentes, discentes e comunidades. A proposta é que tais ações atendam às demandas reais das populações, sobretudo das mais vulneráveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar coletivo. Para isso, o autor defende que os estudantes conheçam os territórios do entorno da universidade, visitando locais socialmente mais fragilizados e compreendendo, de forma empírica, as diferentes formas de vida da população brasileira.

O Artigo 8º da Resolução nº 07/2018/CNE/MEC trata das modalidades das atividades extensionistas, as quais devem estar contempladas nos projetos pedagógicos dos cursos. Entre elas, incluem-se programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. A novidade trazida pela resolução foi a inclusão das oficinas como modalidade específica, mantendo as demais categorias já reconhecidas anteriormente pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2007). Além disso, o texto contempla também atividades de natureza governamental, vinculadas a políticas públicas em diferentes esferas federativas.

Importa destacar, conforme a Meta 12, Estratégia 12.7, do PNE 2014–2024, que os créditos obtidos por meio da extensão devem ser, prioritariamente, vinculados a programas ou projetos, reforçando a relevância de ações contínuas e estruturadas no cotidiano acadêmico.

No que se refere aos prazos, a Resolução nº 07/2018/CNE/MEC estabeleceu que as IES teriam até o ano de 2021 para efetivar a implementação da curricularização. No entanto, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, a Resolução CNE/CES nº 01/2020 prorrogou esse prazo até 19 de dezembro de

2022. A normativa passou a ser obrigatória para os estudantes ingressantes a partir do ano de 2023, consolidando, assim, o novo marco regulatório da extensão universitária no Brasil.

2.2.3 A curricularização da extensão e os impactos para o Currículo Acadêmico

A evolução do currículo acadêmico tem sido marcada por constantes transformações que refletem os aspectos ideológicos e políticos das lutas sociais em torno de classe, raça, gênero e religião. Essas modificações não apenas acompanham as demandas sociais emergentes, como também respondem às exigências do mercado profissional e às diretrizes estabelecidas pelo MEC, além de se adequarem às inovações tecnológicas (Silva, 2005).

Ao se analisar a estrutura curricular, é fundamental compreender que as atividades acadêmicas — teóricas e práticas — estão profundamente interligadas aos contextos econômicos, políticos e ideológicos da sociedade. Assim, torna-se imprescindível considerar os cenários regionais e nacionais nos quais os currículos são implementados, a fim de garantir sua pertinência e relevância social (Saviani, 2009).

É nesse cenário que a curricularização da extensão universitária se consolida como uma estratégia essencial para articular a formação acadêmica às realidades vivenciadas pela sociedade. A incorporação das práticas extensionistas aos currículos dos cursos de graduação não apenas fortalece a relação entre teoria e prática como também proporciona uma formação mais crítica, ética e comprometida socialmente (Dantas, 2012). Ao vivenciar experiências concretas, os estudantes são preparados para lidar com os desafios do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que desenvolvem um olhar mais sensível e engajado com os problemas sociais (Freire, 1996).

No entanto, a implementação de mudanças curriculares é um processo complexo que vai além da simples reorganização de conteúdos e metodologias. Como alertam Lemos e Fonseca (2009), é necessário investigar as condições objetivas e subjetivas que moldam os currículos, considerando tanto os fatores explícitos quanto os implícitos que influenciam sua construção. Essa complexidade exige uma abordagem crítica e estratégica por parte das Instituições.

A curricularização da extensão, nesse sentido, atua como catalisadora de inovações no currículo acadêmico, promovendo a criação de novas disciplinas e

metodologias capazes de dialogar com as demandas contemporâneas (Kletemberg, 2010). Além disso, as atividades extensionistas fortalecem a formação cidadã dos discentes ao estimularem competências fundamentais para a prática profissional, como empatia, trabalho em equipe, responsabilidade social e comunicação (Baremlitt, 2002).

Para que essa integração seja efetiva, torna-se urgente que as IES revisem seus PPCs e atualizem suas matrizes curriculares de forma a incorporar, de modo estruturado, as ações extensionistas. Essa reformulação, como defendem Alencar, Miranda e Costa (2019), não apenas aproxima a formação dos estudantes da realidade social, como também impulsiona transformações positivas no currículo, por meio da criação de propostas pedagógicas inovadoras que estejam em sintonia com os desafios do século XXI (Almeida e Silva, 2019).

2.2.4 Os desafios da curricularização da extensão

Atualmente, torna-se fundamental refletir sobre a essência do fazer extensionista. A extensão universitária não se limita à resolução pontual de problemas sociais, constituindo-se como um processo educativo e transformador, alicerçado no conhecimento e, sobretudo, no reconhecimento dos sujeitos envolvidos. Ao promover o convívio com a diversidade, a extensão contribui para uma formação mais humanizada e comprometida com a realidade social (Pereira, 2023).

Para que esse processo alcance seu potencial emancipador, é imprescindível que se estabeleça como prática dialógica. Conforme destaca Pereira (2023), tal diálogo deve ultrapassar os limites da teoria, concretizando-se nas interações reais entre os participantes e nos contextos nos quais se desenvolvem as ações. A eficácia da extensão não reside unicamente em sua formalização institucional, mas na criação de espaços autênticos para a troca de saberes e o aprendizado mútuo, refletindo as necessidades concretas da sociedade.

Nesse sentido, compreender as especificidades das comunidades envolvidas é essencial para que a extensão cumpra seu papel social. O reconhecimento dos saberes locais, aliado a uma postura pautada pela amorosidade, humildade e escuta ativa, possibilita que a extensão se configure como elo entre o conhecimento acadêmico e as práticas sociais. Desse modo, as Instituições de IES devem voltar seu olhar às comunidades do entorno, reafirmando a extensão como um compromisso

com a transformação social e com os contextos nos quais os sujeitos estão inseridos (Pereira, 2023).

Contudo, a implementação da curricularização da extensão ainda enfrenta entraves significativos. Para que esse processo seja efetivo, é essencial que os estudantes compreendam a relevância da extensão em sua trajetória formativa. Mais do que meros participantes, devem assumir o protagonismo, contribuindo ativamente para a construção de novas formas de fazer extensão. A centralidade do estudante na curricularização exige que as discussões sejam orientadas para a sua formação integral, como reforça Pereira (2023). Assim, cabe às IES promover experiências que transcendam o caráter meramente burocrático ou obrigatório da extensão, convertendo-as em vivências transformadoras que complementem o ensino e a pesquisa.

Esse movimento de articulação entre ensino, pesquisa e extensão demanda uma mudança paradigmática na formação discente, possibilitando uma visão mais integral do ser humano e uma atuação profissional sintonizada com as demandas sociais. Nesse contexto, Souza (2019) ressalta que a formação para o cuidado humanizado requer ambientes pedagógicos onde os estudantes possam vivenciar práticas que estimulem a empatia, o autocuidado e o compromisso com a transformação social.

O processo formativo ganha novos sentidos quando os estudantes reconhecem seu papel como agentes de transformação na comunidade em que atuam. Essa aproximação com a realidade social amplia horizontes, favorecendo o convívio com diferentes formas de saber e experiências de vida. Docentes e discentes, nesse cenário, tornam-se sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem, partilhando conhecimentos e construindo saberes críticos, mesmo diante da diversidade (Gadotti, 2017).

Para que a extensão seja percebida pelos estudantes como uma dimensão formativa essencial, é necessário promover uma sensibilização contínua, além de garantir sua participação efetiva em todas as etapas das atividades extensionistas desde o planejamento até a avaliação. Isso implica não apenas informar sobre a importância da extensão, mas engajar os discentes em práticas significativas (Pereira, 2023).

Huidobro *et al.* (2016) destacam que o envolvimento dos estudantes em todas as fases do processo educativo, sobretudo em diálogo com os contextos sociais, amplia o sentido de pertencimento e de participação na vida acadêmica. Essa vivência contribui para processos de aprendizagem mais eficazes, estimulando o desenvolvimento de competências cognitivas, sensibilidade social, empatia e pensamento complexo elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

A atuação extensionista, realizada fora do ambiente tradicional da sala de aula, proporciona aos estudantes uma oportunidade singular de fortalecer seu vínculo com a instituição e de compreender seu papel social. A participação ativa no cotidiano das comunidades locais possibilita a convivência com sujeitos que detêm saberes diversos, os quais enriquecem os conhecimentos acadêmicos. Ao integrar-se de maneira dialógica e coletiva nessas realidades, o estudante não apenas colabora com a construção de soluções concretas, mas vivencia um processo de aprendizado que articula teoria e prática, promovendo uma formação mais completa e significativa (Bazzotti, 2022).

Ainda segundo Huidobro *et al.* (2016), a curricularização da extensão deve ser entendida como um processo reflexivo, capaz de ressignificar representações sociais e preparar os futuros egressos para uma atuação científica e profissional conectada às demandas reais e à complexidade do mundo contemporâneo. Pereira (2023) complementa essa visão ao afirmar que a curricularização não se resume a uma exigência normativa, mas configura-se como um processo profundamente transformador, capaz de provocar desacomodação e gerar inquietações pedagógicas que culminam na reconstrução de componentes curriculares mais condizentes com a prática social.

Para Gadotti (2017), a integração da extensão aos currículos deve ser pensada como um processo contínuo, sustentado pela escuta, pela reflexão crítica e pela articulação entre teoria e prática e não como um simples anexo ao projeto pedagógico institucional.

Entretanto, a consolidação da curricularização da extensão representa um desafio substancial para as IES, conforme analisam Almeida e Silva (2019). Isso porque a superação dos modelos tradicionais ainda predominantes nas universidades brasileiras exige reestruturações profundas nos âmbitos administrativo e acadêmico.

Para que a extensão seja efetivamente incorporada à formação discente, torna-se necessário rever a organização curricular e promover mudanças na cultura institucional, garantindo que a extensão seja vivenciada com intencionalidade formativa.

Um dos principais entraves apontados por Almeida e Silva (2019) diz respeito à inclusão da extensão na matriz curricular, especialmente no que tange à adequação da carga horária e à sua integração concreta aos demais componentes curriculares. Oliveira e Goulart (2015) acrescentam que a distribuição do tempo dedicado à extensão compete com as exigências do ensino e da pesquisa, gerando tensões na operacionalização das ações.

Outro desafio relevante é a organização da carga horária docente e a ausência de políticas institucionais que valorizem a extensão, muitas vezes desenvolvida conforme a disponibilidade dos professores, e não em função das demandas da sociedade (Oliveira e Goulart, 2015). Soma-se a isso a carência de diretrizes claras e de programas de capacitação específicos para docentes e gestores, o que compromete a continuidade e a qualidade das ações extensionistas.

Lima (2023) evidencia ainda a urgência de se romper com a visão assistencialista historicamente associada à extensão universitária. Embora reconheça o potencial dessa prática no desenvolvimento social, o autor defende uma abordagem mais integrada e dialógica, que ultrapasse a simples prestação de serviços. Para tanto, é necessário desenvolver projetos com continuidade, impacto e relevância, alinhados a princípios éticos, formativos e de justiça social.

A ausência de formação adequada para docentes e gestores compromete a efetivação da curricularização, além de fragilizar a avaliação dos impactos gerados. Nesse sentido, Souza (2001) enfatiza a importância de se criar um sistema avaliativo robusto, com indicadores claros e mensuráveis, que possibilitem aferir os efeitos da extensão na formação discente, nas comunidades atendidas e na própria instituição.

Martins e Almeida (2021), ao analisarem os avanços e os obstáculos enfrentados, sugerem a adoção de estratégias inovadoras para consolidar a integração da extensão nos currículos, incluindo o desenvolvimento de disciplinas específicas e metodologias pedagógicas contextualizadas. Defendem, ainda, a preservação da flexibilidade da extensão, garantindo sua capacidade de responder às múltiplas realidades sociais. Nessa perspectiva, Chaves et al. (2019) reforçam a

importância de alinhar a prática extensionista às demandas sociais reais, assegurando que a universidade mantenha seu compromisso com a transformação social e a promoção da cidadania.

2.2.5 Evolução curricular na Enfermagem: da Institucionalização à curricularização da extensão

A Escola Alfredo Pinto, instituída por meio do Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890, é reconhecida como a primeira escola de Enfermagem do Brasil. Sua criação marcou o início da institucionalização da profissão e a consolidação de suas bases legais. Durante décadas, a formação em Enfermagem esteve fundamentada em um modelo biomédico, com métodos tecnicistas aplicados de forma desorganizada e ações voltadas predominantemente para o tratamento da doença, em detrimento da atenção ao indivíduo. O currículo contemplava noções práticas de anatomia, fisiologia, higiene hospitalar, entre outros conteúdos (Tannure e Pinheiro, 2010).

Em 1922, o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) criou, por meio do Decreto n.º 15.799/22, a Escola de Enfermeiras. Esta instituição inovou ao propor um currículo mais estruturado, que enfatizava princípios e métodos da arte de cuidar, além de áreas especializadas como saúde pública, pediatria e administração hospitalar. Posteriormente, essa escola foi incorporada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebendo o nome de Escola de Enfermagem Anna Nery (Oliveira, 2012).

A partir da promulgação da Lei n.º 775/49 e do Decreto n.º 27.426/49, o ensino de Enfermagem passou por um processo de uniformização. Essas normativas estabeleceram uma estrutura curricular organizada em três séries, abrangendo desde técnicas básicas até disciplinas especializadas. Influenciado pelo modelo norte-americano, esse currículo manteve uma formação elitista e tecnicista, fortemente influenciada pela medicina (Oliveira, 2012).

Com as transformações sociais decorrentes da revolução feminista, dos avanços tecnológicos e das mudanças educacionais do pós-Segunda Guerra Mundial, os profissionais de Enfermagem passaram a refletir criticamente sobre suas práticas. Esse movimento impulsionou a busca por estratégias de produção de saberes específicos, com metodologias conceituais voltadas ao cuidado integral, considerando

as necessidades singulares dos indivíduos, e não apenas as enfermidades (Tannure e Pinheiro, 2010).

Na década de 1960, o Parecer n.º 271/62 promoveu uma reforma curricular significativa, criando um curso geral com duração de três anos, seguido por duas opções de especialização com um ano cada. A nova proposta retirou disciplinas básicas como anatomia e fisiologia, refletindo o esforço de adaptação às novas demandas do setor saúde (Oliveira, 2012). Posteriormente, a Reforma Universitária de 1972, com base no Parecer n.º 163/72 e na Resolução n.º 4, introduziu uma abordagem mais integrada e multidisciplinar. Entre as mudanças, incluiu-se a obrigatoriedade da prática desportiva e o estudo de Problemas Brasileiros (EPB), além da exigência de carga horária mínima para os estágios curriculares. Essa reformulação visava adequar a formação às exigências sociais emergentes, incorporando áreas como saúde pública e administração (Oliveira, 2012).

Os contextos político-sociais das décadas de 1970 e 1980, aliados à Conferência de Alma-Ata e à promulgação da Constituição Federal de 1988, impulsionaram a revisão curricular nos cursos de Enfermagem. Em resposta a essas transformações, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) propôs, em 1994, um novo currículo aprovado pela Portaria nº 1.721, distribuído em seis áreas principais: fundamentos de Enfermagem; métodos e técnicas; assistência nas diversas fases da vida; Enfermagem em saúde pública; administração e outras áreas correlatas (Brasil, 1994).

Segundo Kletemberg (2010), os avanços na autonomia profissional e na definição das atribuições da equipe de Enfermagem exigiram a implementação de métodos científicos de ensino e aprendizagem. Entretanto, a introdução de novas diretrizes nos anos 1990 trouxe preocupações, especialmente devido à ausência de componentes educativos e à rigidez na distribuição curricular, o que limitava uma formação mais abrangente e adaptável às especificidades das instituições (Brasil, 1990).

No final da década, a renovação da Comissão de Especialistas propiciou a construção de uma proposta curricular em consonância com os princípios da ABEn e com os relatórios dos Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEN). Essa proposta culminou na publicação da Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares

Nacionais (DCNs) para o curso de Enfermagem. As DCNs passaram a enfatizar uma formação integral, pautada no perfil generalista, crítico, reflexivo e humanista, incorporando maior flexibilidade na organização dos cursos (Galleguillos e Oliveira, 2001; Brasil, 2001).

Oliveira et al. (2007) destacam a importância das DCNs na construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), os quais devem refletir a realidade institucional e atender às exigências do mercado de trabalho. Nesse processo, o desenvolvimento do raciocínio crítico e reflexivo é central, conforme propõe Freire (1996), sendo essencial que os estudantes se tornem protagonistas no processo de ensino-aprendizagem.

A esse respeito, a extensão universitária emerge como um componente estratégico para a formação em Enfermagem, ao proporcionar experiências práticas que contribuem para a construção de um currículo flexível, dinâmico e alinhado às demandas sociais. As atividades extensionistas constituem espaços privilegiados de aprendizagem, nos quais os discentes vivenciam o cuidado integral, reconhecendo sua relevância para a prática profissional (Silva *et al.*, 2017).

Nesse cenário, a curricularização da extensão assume papel central na aproximação entre a formação acadêmica e as necessidades reais do sistema de saúde e da população. Como aponta Demo (2001), as práticas extensionistas promovem não apenas o impacto social, mas também fortalecem o compromisso político dos estudantes, ao destacar que o centro do cuidado deve ser o sujeito, com respeito aos seus valores e saberes. Tal perspectiva é especialmente relevante na Enfermagem, ao preparar profissionais para uma atuação ética, humanizada e socialmente engajada.

De acordo com Barembliitt (2002), é imprescindível que os estudantes de Enfermagem vivenciem múltiplos contextos e ambientes de cuidado, de modo a valorizarem os saberes singulares e desenvolverem competências para a autoanálise, a autogestão e a atuação crítica, respeitando os interesses coletivos e contribuindo para o aprimoramento do sistema de saúde.

Assim, a curricularização da extensão se configura como elemento essencial para a formação de profissionais comprometidos com a transformação da realidade social. Ao integrar as práticas extensionistas ao currículo, as Instituições de Ensino Superior (IES) possibilitam que os estudantes desenvolvam não apenas

conhecimentos técnicos, mas também competências sociais, éticas e comunicacionais indispensáveis à atenção centrada no usuário (Nascimento, 2011).

Por fim, a inclusão dessas práticas no currículo do curso de Enfermagem contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões, aspectos indispensáveis para o exercício profissional contemporâneo. A curricularização da extensão favorece a articulação entre teoria e prática, promovendo uma formação mais próxima das demandas reais da comunidade e do sistema de saúde (Reis *et al.*, 2022).

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza e Tipo de Pesquisa

Na presente dissertação adotou-se uma pesquisa de campo, exploratória, com análise qualitativa.

A pesquisa de campo permitiu uma imersão direta no ambiente de estudo, em que a curricularização da extensão está sendo implementada, possibilitando a coleta de dados empíricos detalhados e contextualizados (Gil, 2008). A pesquisa de campo buscou descrever e analisar, de forma sistemática, as características e práticas envolvidas no processo de curricularização da extensão, identificando como a extensão tem sido integrada ao curso de Enfermagem.

A abordagem exploratória foi fundamental para investigar a implementação da curricularização da extensão no contexto específico da faculdade estudada. Esta abordagem foi escolhida por sua eficácia em examinar fenômenos pouco compreendidos ou novos, permitindo uma investigação inicial para formular hipóteses e obter uma compreensão preliminar do objeto de estudo (Yin, 2010). Ao adotar uma abordagem exploratória, foi possível mapear as características e desafios iniciais associados ao processo de curricularização da extensão, proporcionando uma base sólida para análises mais detalhadas.

Para aprofundar a compreensão do fenômeno investigado, foi utilizada a análise qualitativa, caracterizada pela exploração das variantes dos dados e pela construção de uma narrativa que reflete a complexidade do fenômeno estudado. A análise qualitativa foi conduzida com base nas observações e nas entrevistas semiestruturadas aplicadas durante a pesquisa de campo. Esta abordagem permitiu a interpretação e identificação de padrões e temas relevantes, oferecendo uma visão mais detalhada e rica do impacto da implementação da curricularização da extensão no curso de Enfermagem. Através da análise qualitativa, foi possível captar a profundidade dos efeitos e as diferentes dimensões do processo, contribuindo para uma compreensão mais completa do impacto dessa mudança curricular (Bardin, 2016).

3.2 Contexto da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em uma Faculdade Privada localizada no interior do estado do Ceará, credenciada com Conceito Institucional 04, em 2016. A instituição oferece atualmente 11 cursos superiores de graduação e conta com 1.300 alunos

matriculados. O curso de Bacharelado em Enfermagem foi autorizado em agosto de 2019 e teve o processo de reconhecimento em novembro de 2023, obtendo conceito de curso 04. O curso é oferecido na modalidade presencial, organizado em disciplinas distribuídas ao longo de 10 semestres e funciona no período noturno, com carga horária total de 4.240 horas. No primeiro semestre de 2024, o curso contava com 10 turmas, 29 docentes e 234 discentes matriculados.

A matriz curricular vigente do curso foi implementada em janeiro de 2022, em conformidade com a Resolução CNE/CES no 7/2018, que estabelece a incorporação da extensão universitária como parte integrante do currículo e seguindo as diretrizes definidas na Resolução nº 14/2021 do Conselho Superior (CONSUP), que determina a inclusão de disciplinas com carga horária específica para atividades extensionistas em todas as matrizes curriculares dos cursos ofertados pela instituição.

A matriz curricular do curso de Enfermagem incorporou componentes específicos para a prática de extensão a partir do 3º semestre, estendendo-se até o 9º semestre, por meio da disciplina **Projeto Interdisciplinar de Extensão**, que visa integrar teoria e prática em atividades extensionistas (Quadro 02).

Quadro 02 – Distribuição das disciplinas.

| SEMESTRE | DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------|--|---------------|
| | | EXTENSÃO |
| 3º SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão I | 60 |
| 4º SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão II | 60 |
| 5º SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão III | 60 |
| 6º SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão IV | 60 |
| 7º SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão V | 80 |
| 8º SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão VI | 80 |
| 9º SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão VII | 80 |
| CH TOTAL DO CURSO | | 480 |
| | | 11,30% |
| | | 4.240 |

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2022), adaptado pela autora (2024).

A matriz curricular do curso entrou em vigor no semestre 2022.1, com a previsão da primeira disciplina de extensão a partir do 3º semestre, o que foi

implementado no semestre 2023.1. Até o semestre 2024.1, apenas três disciplinas de extensão estavam em andamento: **Projeto Interdisciplinar de Extensão I**, **Projeto Interdisciplinar de Extensão II** e **Projeto Interdisciplinar de Extensão III**, totalizando uma carga horária de 180 horas. Essas disciplinas foram selecionadas para observação, visando analisar a implementação e os resultados das atividades extensionistas no currículo do curso (Quadro 03).

Quadro 03 – Disciplinas selecionadas para observação

| SEMESTRE | DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------|--|---------------|
| | | EXTENSÃO |
| 3° SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão I | 60 |
| 4° SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão II | 60 |
| 5° SEMESTRE | Projeto Interdisciplinar de Extensão III | 60 |
| TOTAL DA CARGA HORÁRIA | | 180 |

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2022), adaptado pela autora (2024).

3.3 Procedimentos, Instrumentos e Coleta de Dados

Para a Coleta de Dados, foram utilizados alguns instrumentos, como um diário de campo, que serviu como guia estruturado para documentar todas as ocorrências e eventos relevantes relacionados à pesquisa. Essa prática destaca a relevância de uma documentação reflexiva e detalhada na análise qualitativa dos dados (Minayo, 1998).

O primeiro momento da coleta de dados, fundamentou-se em uma revisão bibliográfica com o objetivo de compreender como a curricularização da extensão foi institucionalizada e integrada ao currículo do curso de Enfermagem. O levantamento incluiu a análise de fontes secundárias, e documentos institucionais, tais, como o PDI, PPC, Planos de Ensino, Guia da Curricularização da Extensão no Curso de Enfermagem.

A coleta de dados nos documentos institucionais foi realizada de forma sistemática, por meio de uma análise detalhada e criteriosa, priorizando os trechos que tratam especificamente da inserção da extensão no currículo e dos aspectos relacionados à curricularização. O processo de análise concentrou-se na identificação das diretrizes, estratégias pedagógicas e metodológicas adotadas para integrar a

extensão ao curso, além de examinar a organização dos objetivos e conteúdos em conformidade com as exigências legais e acadêmicas, visando à formação integral dos estudantes.

Concomitantemente à análise documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os docentes responsáveis pelas disciplinas que incluem carga horária de extensão, visando complementar os dados e ampliar a compreensão do tema. Esse instrumento permitiu identificar aspectos passíveis de aprimoramento no processo de curricularização da extensão, a partir da perspectiva dos docentes, proporcionando uma visão mais abrangente do processo.

Ao selecionar os participantes, seguiu critérios de inclusão, considerando docentes que ministravam disciplinas de extensão presentes na matriz curricular do curso, além da aceitação expressa deles. Como critério de exclusão, foram desconsiderados os docentes que não lecionavam no curso ou que não atuavam em disciplinas de extensão.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com base em um instrumento estruturado para sua aplicação, sendo realizadas entre maio e junho de 2024. Esse procedimento visou garantir a consistência e a uniformidade na coleta de dados, assegurando que todos os aspectos relevantes fossem abordados de forma sistemática durante o processo. (Quadro 04).

Quadro 04 – Instrumento para as entrevistas semiestruturadas

| PERGUNTAS NORTEADORAS | OBJETIVO DA ABORDAGEM DO QUESTIONAMENTO |
|---|---|
| 1. Compõe NDE de Curso? () Sim () Não 2. Ministra disciplinas com carga horária de extensão? () Sim () Não 3. Você conhece o conceito de extensão da instituição? Se sim, poderia citá-lo? 4. O que você entende por curricularização da extensão? | Verificar o nível de conhecimento e envolvimento dos participantes em relação à Curricularização da Extensão no curso |

| | |
|---|--|
| <p>5. Você enfrentou ou enfrenta dificuldades para lecionar a disciplina de extensão? Se sim, quais?</p> <p>6. Você percebe que as atividades de extensão inseridas na matriz curricular do curso de Enfermagem produzem algum tipo de impacto e transformação social? Se sim, qual?</p> <p>7. Você percebe que as atividades de extensão inseridas na matriz curricular do curso de Enfermagem produzem algum tipo de impacto na formação do(a) estudante? Se sim, qual?</p> | <p>Verificar a compreensão abrangente sobre a implementação e o impacto da Curricularização da Extensão no curso de Enfermagem</p> |
| <p>8. Com vistas a curricularização da extensão universitária, como a sua IES tem se manifestado para garantir sua execução?</p> <p>9. Você gostaria de deixar alguma sugestão sobre o processo de implantação da curricularização da extensão no curso de Enfermagem?</p> | <p>Verificar quais os desafios, e impactos da Curricularização da Extensão no curso de Enfermagem</p> |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O objetivo das entrevistas semiestruturadas foi explorar as percepções dos professores acerca do processo de curricularização da extensão no curso de Enfermagem. As entrevistas foram realizadas individualmente, em ambientes silenciosos e isentos de distrações, garantindo condições ideais para respostas mais

reflexivas e precisas. O tempo dedicado à atividade foi cuidadosamente planejado, permitindo que os participantes refletissem adequadamente sobre as questões apresentadas. Durante o processo, a pesquisadora esteve disponível para esclarecer dúvidas e oferecer orientações sempre que necessário.

Os resultados das entrevistas foram armazenados em plataformas de nuvem criptografadas, em conformidade com regulamentações internacionais de proteção de dados, como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e o Health Insurance Portability and Accountability Act (HIPAA), assegurando a confidencialidade e a integridade das informações. A análise das respostas coletadas proporcionou uma visão aprofundada sobre as experiências, desafios e perspectivas dos docentes envolvidos na implementação da curricularização da extensão. Esses achados oferecem contribuições valiosas para a continuidade da pesquisa e para o aprimoramento das práticas extensionistas na formação acadêmica (Quadro 05).

Quadro 05 – Perfil dos Participantes das Entrevistas Semiestruturadas

| IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES | CARGO | TEMPO DE EXERCÍCIO NA IES | FORMAÇÃO |
|--|--------------|----------------------------------|--|
| Sujeito 1 | Docente | 5 anos | Graduação em Enfermagem Mestrado em Saúde da Família |
| Sujeito 2 | Docente | 3 anos | Graduação em Biomedicina, Mestrado em Ciências Biomédicas |
| Sujeito 3 | Docente | 2 anos | Graduação em Ciências Biológicas Mestrado em Biotecnologia Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia |
| Sujeito 4 | Docente | 5 anos | Graduação em Enfermagem Mestrado em Educação em Saúde |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os procedimentos para a coleta de dados foram organizados para assegurar uma abordagem sistemática e abrangente, utilizando a pesquisa documental, as observações das ações de extensionistas e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Cada etapa foi orientada por um roteiro previamente detalhado, que buscou coletar informações essenciais para alcançar os objetivos da pesquisa.

No terceiro momento da coleta de dados, foi aplicado um roteiro de observação elaborado para acompanhar as atividades extensionistas, possibilitando uma análise aprofundada das práticas realizadas. Durante as observações, registraram-se informações sobre a dinâmica das atividades, a interação entre docentes e estudantes e a aplicação das metodologias de extensão, incluindo detalhes sobre a execução das ações e as reações dos participantes.

O roteiro foi desenvolvido para identificar desafios na implementação da curricularização da extensão e os impactos na formação dos alunos. Para garantir a qualidade das informações obtidas, passou por um processo de revisão e ajustes, assegurando clareza e objetividade, além de evitar ambiguidades. A utilização desse instrumento também foi fundamental para preservar o anonimato dos participantes e demais envolvidos na pesquisa.

Quadro 06 – Roteiro de observação

| | |
|---|--|
| 1. Data: | |
| 2. Horário: | |
| 3. Nome da disciplina: | |
| 4. N° de participantes: | |
| 5. Objetivos gerais da aula/atividade: especificar se eles foram indicados pelo professor(a) em algum momento da proposta ou se foram elaborados por vocês após acompanhar a atividade. | |
| 6. Recursos/Materiais didáticos utilizados. | |

| | |
|---|--|
| 7. Momentos da aula/atividade: descrever os momentos centrais das atividades de extensão, buscando apontar como se deu o início, se desenvolveu e como foi encerrado a atividade. | |
| 8. Formato de interação e diálogo entre professor(a) e turma: destacar as estratégias de interação utilizadas durante as atividades por parte do(a) professor(a) Indique ainda se há (ou se é proposta) interação entre o(a)s estudantes. | |
| 9. Houve interação e diálogo entre os alunos e os membros da comunidade envolvidos no projeto de extensão. | |
| 10. Descrever atividades realizadas. | |
| 11. Avaliação sobre a interação e aprendizado da turma: identificar elementos a respeito do aprendizado dos estudantes e se as estratégias de interação. | |
| 12. Anotações complementares. | |

Fonte: Figura elaborado pela autora (2024).

Para a observação foram identificadas as disciplinas de extensão que estavam sendo oferecidas no primeiro semestre de 2024, conforme quadro 07.

Quadro 07: Distribuição dos componentes curriculares de extensão no curso até o 5º período.

| ANO | PERÍODO | DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------|----------------|--|----------------------|
| 2024.1 | 3º | Projeto Interdisciplinar de Extensão I | 60 |
| | 4º | Projeto Interdisciplinar de Extensão II | 60 |
| | 5º | Projeto Interdisciplinar de Extensão III | 60 |

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2022), adaptado pela autora (2024).

Conforme previsto no Regimento Interno da IES, a disciplina de extensão pode ser ministrada por mais de um docente, dependendo da demanda e do número de alunos por turma, conforme a determinação da coordenação do curso. No semestre 2024.1, a disciplina Projeto Interdisciplinar de Extensão III foi conduzida por dois professores, conforme demonstrado no quadro 08.

Quadro 08 – Distribuição dos docentes nas disciplinas de extensão no semestre 2024.1.

| PERÍODO | DISCIPLINA | NÚMERO DE DOCENTES |
|----------------|--|---------------------------|
| 3º | Projeto Interdisciplinar de Extensão I | 1 Docente |
| 4º | Projeto Interdisciplinar de Extensão II | 1 Docente |
| 5º | Projeto Interdisciplinar de Extensão III | 2 Docentes |

Fonte: Quadro de docente do curso (2024), adaptado pela autora (2024).

Durante o período de maio a junho de 2024, foram observados os projetos de extensão desenvolvidos nessas três disciplinas, totalizando 180h, representando 43,06% da carga horária reservada para a extensão no Curso. As demais atividades de extensão estão distribuídas ao longo da matriz curricular e serão implementadas progressivamente ao longo do Curso, conforme delineado no Projeto Pedagógico atualizado em 2022 pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso.

Foram acompanhadas 36 horas da carga horária total das disciplinas com atividades de extensão. A pesquisadora participou de um total de três aulas, realizando três observações em cada disciplina, no mínimo (Quadro 09).

Quadro 09: Cronograma de observação das disciplinas de extensão.

| Ano | Período | Disciplina | Número de aulas observadas | Total de horas |
|--------------|---------|------------------------------|----------------------------|----------------|
| 2024.1 | 3° | Projeto Interdisciplinar I | 3 | 12 |
| | 4° | Projeto Interdisciplinar II | 3 | 12 |
| | 5° | Projeto Interdisciplinar III | 3 | 12 |
| TOTAL | | | 9 | 36 |

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2022), adaptado pela autora (2024).

As observações das ações de extensionistas foram documentadas em um diário de campo, no qual foram registrados interações e ocorrências relevantes, permitindo uma análise profunda da dinâmica das atividades extensionistas, possibilitando uma visão ampla do processo de implementação da curricularização da extensão no curso.

Para as observações das ações extensionistas, utilizou-se um roteiro que envolvia aspectos como planejamento e organização da aula, metodologia e abordagens pedagógicas, interação entre docentes e estudantes, aplicação prática, prática dialógica, entre outras observações julgadas relevantes (Apêndice 02).

As observações não participantes seguiram um protocolo específico. A primeira observação de cada disciplina ocorreu em sala de aula, durante o momento em que o docente desenvolvia a proposta do projeto de extensão com os alunos. Nessa ocasião, a pesquisadora informava o docente sobre o início das observações, e, após obter a concordância verbal (considerando que o TCLE já havia sido assinado), a pesquisadora posicionava-se estrategicamente na sala para visualizar todos os discentes e docente. A partir deste momento, iniciava-se a observação não participante.

Durante as observações, a pesquisadora descrevia sistematicamente os fenômenos, sem interagir com o docente e os discentes. Esta observação incluía detalhes sobre o planejamento e a estruturação do projeto de extensão, registrando fielmente os eventos à medida que ocorriam. Esta descrição foi a mais detalhada possível, submergindo, a metodologia utilizada, os conteúdos abordados, as interações entre o docente e discente e entre os discentes.

Além do preenchimento do instrumento, foi utilizado um diário de campo no qual foi descrito as impressões, comentários e observações que não faziam parte do roteiro das observações, informando o tipo de projeto, a dinâmica das atividades e as metodologias aplicadas, os questionamentos e o tipo de interação entre docentes e aluno, bem como, a participação da população envolvida nas atividades. Estes dados facilitaram as checagens cruzada necessárias na análise dos dados, pois ao observar as atitudes e ações diversas dos discentes e docente, que estavam sendo alvo de investigação, possibilitaram uma maior compreensão da temática.

Após a primeira aula, as observações subsequentes ocorreram fora da sala de aula, nas comunidades onde os projetos se desenvolveram. Munida do instrumento estruturado e do diário de campo, a pesquisadora fez as anotações sobre a interação entre os participantes (docentes, alunos e a comunidade); o engajamento dos alunos; as metodologias aplicadas a relevância das atividades, os impactos sociais das atividades.

O procedimento de análise do material coletado seguiu as fases delineadas por Bardin (2016): Pré-análise; Exploração do material; e Tratamento dos resultados Bardin (2016), que visa examinar os dados de forma sistemática e estruturada. Esta técnica envolve a identificação e a interpretação de temas, padrões e significados presentes no material coletado, permitindo uma compreensão detalhada dos fenômenos estudados.

As fases descritas foram estritamente seguidas para garantir a integridade e a profundidade da análise, permitindo uma compreensão mais ampla da implementação da curricularização da extensão no curso.

3.4 Aspectos Éticos da Pesquisa

A fim de garantir o cumprimento de todos os procedimentos éticos exigidos, foi inicialmente solicitada a autorização formal do Diretor Geral da Instituição para a condução desta pesquisa. Com a permissão obtida, a coordenação do curso de Enfermagem foi contatada para fornecer a lista dos docentes participantes. A coleta de dados foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética (Anexo 01), Parecer número 6.773.32, seguindo os critérios estabelecidos pela Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). Os docentes participantes formalizaram sua autorização após receberem explicações detalhadas sobre todos os aspectos da

pesquisa e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 05).

Durante todo o processo de pesquisa, os dados foram manuseados apenas pelos envolvidos e mantidos em sigilo. A autora respeitou os critérios éticos da pesquisa, conforme estabelecido no TCLE (Apêndice 05).

O contato com os docentes foi realizado inicialmente através da listagem dos docentes fornecida pela coordenação do curso. Com essa lista em mãos, cada docente foi contatado individualmente, sendo apresentada a proposta de pesquisa e os procedimentos para a sua participação. Os docentes foram informados sobre os possíveis riscos relacionados à sua participação, como invasão de privacidade, constrangimentos, divulgação de dados confidenciais (por exemplo, RG/CPF registrados no TCLE) além de possíveis discriminação e estigmatização do conteúdo revelado. Para mitigar esses riscos, a pesquisadora reafirma que os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, como dissertação de mestrado, artigos, livros e resumos, O sigilo e o anonimato dos participantes serão respeitados, assegurando a confiabilidade de todas as informações contidas no instrumento de coleta preenchida. Os mesmos procedimentos foram adotados com relação a entrada da pesquisadora na sala de aula para a observação ocorreu somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 05)

Para prevenir a discriminação do conteúdo revelado, os instrumentos não foram identificados com o nome dos docentes, para tanto serão identificados por números. Da mesma forma.

E para mitigar o risco de invasão de privacidade e divulgação de dados confidenciais, os instrumentos e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) foram armazenados em nuvens criptografadas, em conformidade com as políticas de segurança de dados e regulamentações internacionais, como o RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e a HIPAA (Lei de Portabilidade e Responsabilidade do Seguro de Saúde), com acesso restrito apenas à pesquisadora e sua orientadora.

A assinatura do TCLE correu após o pesquisador fornecer as informações descritas, como os objetivos da pesquisa, os riscos e benefícios envolvidos, ressaltando ainda que poderiam a qualquer momento desistir do estudo. O TCLE foi

assinado em 2 vias, permanecendo uma via com o docente e a outra uma de posse da pesquisadora.

4 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, com o propósito de responder à problemática proposta. A análise teve início pelo PDI, documento que estabelece a missão, visão, valores, política pedagógica e as diretrizes estratégicas da IES. Conforme o Art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, o PDI configura-se como uma exigência legal para todas as IES, sendo reconhecido como instrumento estruturante e estratégico para o planejamento e desenvolvimento das atividades acadêmicas e institucionais (Brasil, 2006).

No caso da instituição analisada, o PDI apresenta a faculdade como expressão do compromisso de um grupo de educadores cearenses com o desenvolvimento socioeconômico regional. Com uma trajetória voltada à oferta de educação básica e superior no interior do Ceará, esses profissionais vêm contribuindo, ao longo dos anos, com a construção de novos cenários educacionais e sociais (PDI, 2023).

Desde sua fundação, há pouco mais de oito anos, a faculdade tem acompanhado os avanços da extensão universitária no Brasil, destacando-se especialmente a partir da publicação da Resolução nº 07/2018/CNE/MEC, que tornou obrigatória a curricularização da extensão. Essa normativa estabelece, em seu Art. 13, que o PDI das instituições deve contemplar, entre outros aspectos: a concepção de extensão alinhada aos princípios da Resolução, o planejamento e registro das atividades extensionistas, as estratégias de creditação curricular e participação discente, bem como a previsão de financiamento e autoavaliação das ações desenvolvidas (Brasil, 2018).

Em consonância com essa exigência, a IES criou, em 2019, o Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC), responsável por coordenar a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação. O processo iniciou-se com a sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância da temática, seguida de capacitações direcionadas a gestores, docentes e equipe técnica. Posteriormente, foram realizadas reuniões com os NDEs de cada curso, com o objetivo de revisar e atualizar os PPCs. Essa etapa foi conduzida com rigor e responsabilidade, culminando na inserção das cargas horárias referentes à extensão nas matrizes curriculares.

Após a consolidação dessas mudanças, teve início o monitoramento pedagógico, a avaliação institucional de impacto social e a análise qualitativa das

atividades extensionistas implementadas. Em 2021, a Resolução CONSUP nº 19/2021 foi aprovada pelo Conselho Superior, regulamentando oficialmente as atividades acadêmicas de extensão como componentes curriculares obrigatórios. A partir de então, todos os cursos passaram a integrar, em sua estrutura, uma carga horária igual ou superior a 10% destinada a ações extensionistas (PDI, 2024).

Na prática, a curricularização da extensão foi incorporada aos PPCs por meio do componente Projeto Interdisciplinar da Extensão. Sob orientação docente, os discentes desenvolvem projetos aplicáveis a comunidades externas, com base nos conteúdos programáticos descritos nos planos de ensino. Essa dinâmica reforça o papel protagonista do estudante, que, ao aplicar o conhecimento adquirido em sala, aprimora habilidades técnicas e sociais. A participação ativa nos projetos fortalece a articulação entre teoria e prática, assegurando uma formação mais completa e responsiva às demandas sociais.

A supervisão docente, por sua vez, é fundamental para garantir a qualidade, a relevância e o alinhamento das ações à proposta pedagógica institucional. Nesse contexto, ensino, pesquisa e extensão se entrelaçam, promovendo um ciclo contínuo de aprendizado, inovação e transformação social.

A análise do PDI evidencia, portanto, o comprometimento da IES com a implementação efetiva da curricularização da extensão nos cursos de graduação. No caso específico do curso de Enfermagem, a inclusão das atividades extensionistas na matriz curricular ocorreu em janeiro de 2022, a partir da atualização dos PPCs. Neles, a política de extensão é concebida como instrumento de integração entre instituição e sociedade, promovendo trocas de saberes que possibilitam, inclusive, ajustes constantes nos conteúdos curriculares e nas áreas de atuação profissional.

Compreender o processo de inserção da extensão na formação em Enfermagem requer uma análise aprofundada da estrutura curricular, do percurso formativo e da articulação entre teoria e prática. O curso segue as diretrizes da Resolução CNE/CES nº 03/2001, que orienta a formação de profissionais capazes de desenvolver competências como atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, gestão e educação permanente.

A estrutura curricular é composta por 4.240 horas, distribuídas ao longo de dez semestres (cinco anos), e destaca-se pela integração entre teoria e prática. Essa organização fomenta a formação de um enfermeiro crítico e reflexivo, capaz de

estabelecer conexões entre o conhecimento acadêmico e as realidades sociais, como defendido por Dalmolin e Hertzog (2015).

Os eixos norteadores do currículo estão fundamentados nos princípios das DCNs do curso de Enfermagem, que incluem: atenção à saúde; educação permanente; tomada de decisões; comunicação; liderança; administração e gerenciamento; interrelação teoria-prática; integração entre ensino, pesquisa e extensão; criticidade e valorização das vivências regionais.

Para contemplar essas diretrizes, o currículo foi estruturado em três grandes eixos: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Humanas e Sociais; e Ciências da Enfermagem. Esses eixos abrangem também as Atividades Complementares, o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), promovendo a articulação dos saberes e contribuindo para a formação de um profissional generalista, humanista e comprometido com as necessidades da população.

Tal organização é refletida na matriz curricular, que integra os diversos componentes em uma proposta flexível, interdisciplinar e comprometida com a transformação social. A seguir, será apresentada a matriz curricular do curso de Enfermagem (Quadro 10), como forma de detalhar e visualizar as articulações pedagógicas mencionadas.

Quadro 10 – Matriz curricular do Curso

| SEMESTRE | DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA | | | | CH TOTAL |
|--------------|---|---------------|-----------|----------|----------|------------|
| | | Teórica | Prática | Estágio | Extensão | |
| 1º | Anatomia Humana | 60 | 60 | 0 | 0 | 120 |
| | Biossegurança e Educação Ambiental | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Bioquímica Humana | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Fundamentos da Enfermagem e o Agir Profissional | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Leitura e Produção Textual | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| Total | | 270 | 90 | 0 | 0 | 360 |

| | | | | | | |
|--------------|--|------------|-----------|----------|-----------|------------|
| | Biofísica | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Citologia e Genética Humana | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Doenças Tropicais e Parasitárias | 30 | 30 | 0 | 0 | 60 |
| | Epidemiologia e Bioestatística | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Legislação do Exercício Profissional em Enfermagem | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Políticas e Programas Públicos de Saúde | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Metodologia do Trabalho Científico | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| Total | | 300 | 60 | 0 | 0 | 360 |
| 3º | Fisiologia Humana | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Histologia e Embriologia | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Microbiologia e Imunologia | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Psicologia e Saúde | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Direitos Humanos e Questões Étnico Raciais | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão I | 0 | 0 | 0 | 60 | 60 |
| Total | | 270 | 90 | 0 | 60 | 420 |
| 4º | Farmacologia Aplicada à Enfermagem | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |

| | | | | | | |
|----|---|------------|-----------|----------|-----------|------------|
| | Nutrição Aplicada à Enfermagem | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Saúde Coletiva | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Semiologia e Semiotécnica | 60 | 60 | 0 | 0 | 120 |
| | Sociologia Aplicada à Saúde | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Projetos Interdisciplinares de Extensão II | 0 | 0 | 0 | 60 | 60 |
| | Total | 270 | 90 | 0 | 60 | 420 |
| 5º | Enfermagem na Saúde do Adulto | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Gestão e Sistematização em Serviços de Saúde I | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Inovação Tecnológica e Empreendedorismo na Saúde | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Processos Patológicos em Enfermagem | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Vigilância e Controle das Doenças Transmissíveis | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Princípios da Educação em Saúde | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão III | 0 | 0 | 0 | 60 | 60 |
| | Total | 270 | 60 | 0 | 60 | 390 |

| | | | | | | |
|--------------|--|------------|------------|----------|-----------|------------|
| 6º | Gestão e Sistematização em Serviços de Saúde II | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Administração e Auditoria em Serviços de Saúde | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental | 30 | 60 | 0 | 0 | 90 |
| | Cuidados Integrativos em Saúde da Mulher | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Cuidados na Saúde do Neonato, Criança e Adolescente | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão IV | 0 | 0 | 0 | 60 | 60 |
| Total | | 210 | 120 | 0 | 60 | 390 |
| 7º | Enfermagem Perioperatória e Processos de Esterilização | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Enfermagem na Saúde do Idoso | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Saúde e Segurança do Paciente | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Humanização e Cuidados Paliativos ao Paciente | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Bioética e Posicionamento | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |

| | | | | | | |
|--------------|---|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | Profissional em Enfermagem | | | | | |
| | Optativa I | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão V | 0 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| Total | | 240 | 60 | 0 | 80 | 380 |
| 8º | Assistência em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Urgência, Emergência e Trauma | 60 | 30 | 0 | 0 | 90 |
| | Optativa II | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Práticas Clínicas em Enfermagem | 30 | 30 | 0 | 0 | 60 |
| | LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais | 30 | 0 | 0 | 0 | 30 |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão VI | 0 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| Total | | 210 | 90 | 0 | 80 | 380 |
| 9º | Estágio Supervisionado I | 0 | 0 | 430 | 0 | 430 |
| | Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) I | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão VII | 0 | 0 | 0 | 80 | 80 |
| Total | | 60 | 0 | 430 | 80 | 570 |
| 10º | Estágio Supervisionado II | 0 | 0 | 430 | 0 | 430 |

| | | | | | | |
|--------------------------------------|---|---------------|------------|---------------|---------------|--------------|
| | Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) II | 60 | 0 | 0 | 0 | 60 |
| | Atividades Complementares | 80 | 0 | 0 | 0 | 80 |
| | Total | 140 | 0 | 430 | 0 | 570 |
| | CH TOTAL DO CURSO | 1.790 | 510 | 860 | 480 | 4.240 |
| | | 42,20% | 12% | 20,30% | 11,30% | 100% |
| ROL DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS | | | | | | |

Fonte: PPC (2022), adaptado pela autora (2024).

A análise do PPC do curso de Enfermagem revela que a implementação da curricularização da extensão universitária foi realizada conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 07/CNE/2018. Esta adequação é formalizada na matriz curricular, que destina 480 horas às atividades extensionistas, representando 11,32% da carga horária total do curso. Para atender a essa exigência, foram incorporados componentes curriculares específicos voltados à prática extensionista, distribuídos do 3º ao 9º semestre, denominados **Projeto Interdisciplinar de Extensão I a VII**.

O documento destaca essas disciplinas como centrais para a formação integral do estudante, com ênfase no estímulo ao protagonismo estudantil e à emancipação intelectual e social. As atividades extensionistas são concebidas como instrumentos de desenvolvimento crítico e reflexivo, permitindo a construção de ações educativas articuladas às necessidades reais da comunidade. Nesse contexto, a proposta da extensão é promover a aproximação entre os acadêmicos e os usuários dos serviços de saúde, resultando em práticas mais integradas e contextualizadas, voltadas ao cuidado e à atenção em saúde. Tal abordagem contribui significativamente para a formação de profissionais mais qualificados e sensíveis aos desafios concretos do exercício profissional, promovendo a integração entre teoria e prática em uma experiência que transcende os limites da sala de aula.

Essa perspectiva converge com as reflexões de Souza (2019), ao considerar que as ações extensionistas, além de enriquecerem o processo formativo, fomentam

uma atuação ética, crítica e transformadora por parte dos estudantes frente às questões sociais contemporâneas. Tal concepção reforça a relevância de preparar profissionais aptos a lidar com a complexidade dos contextos em que atuarão, desenvolvendo uma postura sensível às necessidades sociais e conscientes do impacto de suas práticas na coletividade.

Nesse sentido, o PPC organiza a curricularização da extensão com base em eixos temáticos, distribuídos ao longo dos semestres, variando de três a oito temas por período. Essa estrutura visa articular as demandas sociais aos objetivos acadêmicos, conferindo aos docentes autonomia na seleção dos temas mais pertinentes à etapa formativa dos estudantes (Quadro 11). Contudo, a efetividade dessa proposta requer o estabelecimento de diretrizes mais precisas para a articulação entre os projetos, de modo a assegurar que as atividades de extensão estejam devidamente integradas ao desenvolvimento das competências previstas na matriz curricular e promovam uma trajetória formativa coerente, crítica e transformadora.

Quadro 11 – Eixos temáticos

| Semestre | Temas |
|-----------------|--|
| 3° semestre | Primeiros Socorros no Ambiente Escolar; |
| | Promoção da Saúde Mental em Comunidades Vulneráveis; |
| | Higiene e Saneamento Básico em Áreas Rurais; |
| 4° semestre | Assistência à Saúde da Pessoa com Deficiência; |
| | Estratégias de Enfrentamento à Violência no Contexto Familiar; |
| | Educação em Saúde para Crianças e Adolescentes como Multiplicadores no Contexto da Cultura de Paz; |
| 5° semestre | Doenças tropicais e emergentes. |
| | Ações Integradas em Saúde para Assistência às Doenças Crônicas; |
| | Educação Sexual na Prevenção de ISTs no Ambiente Escolar; |
| | Estudo sobre a Teoria do Bem Viver (Sumak Kawsay); |
| | Autocuidado na Promoção da Saúde; |
| | Uso Racional de Medicamentos; |
| | Saúde Ambiental e Sustentabilidade; |

| | |
|-------------|---|
| 6° semestre | Cuidados Paliativos na Atenção Básica. |
| | Responsabilidade Social do Enfermeiro; |
| | Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS); |
| | Saúde da Mulher; |
| 7° semestre | Envelhecer com Qualidade; |
| | Gestão de Resíduos em Serviços de Saúde; |
| | Atenção à Saúde da População Indígena; |
| 8° semestre | Gestão e Planejamento de Políticas Públicas de Saúde; |
| | Educação Permanente em Saúde; |
| | Prevenção e Controle de Zoonoses; |
| 9° semestre | Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; |
| | Prevenção de Acidentes com Materiais Biológicos. |

Fonte: PPC (2022), adaptado pela autora (2024).

Com o intuito de organizar as práticas extensionistas, o curso optou pela utilização de uma única ementa para todas as disciplinas de extensão (Quadro 12). Essa escolha, embora ofereça maior flexibilidade na definição das temáticas a serem trabalhadas, apresenta limitações no que se refere à articulação entre os projetos e ao alinhamento com as competências delineadas no PPC. A ausência de diretrizes mais específicas para a seleção e o desenvolvimento dos temas pode comprometer a coerência do processo formativo, além de enfraquecer a intencionalidade pedagógica das ações extensionistas. Nesse cenário, a falta de critérios claros tende a dificultar a consolidação de uma trajetória formativa integrada e significativa, comprometendo a efetividade da extensão enquanto dimensão indissociável do ensino e da aprendizagem.

Quadro 12 – Ementa da disciplina de Extensão

| | |
|---|---|
| Disciplina: | Projeto Interdisciplinar de Extensão I |
| Projeto interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que tem por finalidade promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da | |

pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Essa componente curricular interdisciplinar objetiva promover a interação transformadora entre a IES e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em permanente articulação do ensino e da iniciação científica, ancorada em processo pedagógico único. Dessa forma, os alunos, desenvolverão um projeto de extensão com a temática:

O projeto abordará as seguintes atividades:

- Atividades investigativas
- Visitas a comunidade
- Estudo de caso
- Desenvolvendo do Projeto
- Apresentação de Relatórios

Para o cumprimento da curricularização da extensão, os alunos apresentarão relatório com a finalidade de promover a divulgação dos resultados e contribuições das atividades para a comunidade interna e externa

Fonte: PPC (2022), adaptado pela autora (2024).

A ausência de especificidade na ementa das disciplinas de extensão dificulta uma análise mais aprofundada quanto à progressão das competências extensionistas e à sua articulação com os demais componentes curriculares. Conforme argumentam Carvalho e Silva (2021), a efetividade da curricularização da extensão requer uma estrutura bem delineada, na qual os eixos temáticos e metodológicos estejam integrados tanto às diretrizes institucionais quanto às demandas sociais. Sem essa organização, corre-se o risco de que as ações extensionistas se tornem pontuais e desconectadas do percurso formativo, comprometendo sua contribuição à formação integral dos estudantes.

Nesse contexto, Saviani (2009) destaca que o planejamento educacional deve ser sistemático, visando evitar a fragmentação do conhecimento e assegurar sua vinculação com as necessidades concretas da sociedade. Embora a flexibilidade na escolha das temáticas extensionistas constitua um aspecto positivo — por permitir a abordagem de conteúdos variados ao longo dos semestres —, a análise da ementa

evidencia uma formulação genérica dos projetos, sem indicar metodologias ou critérios claros para a seleção e a articulação temática.

Lima (2023) enfatiza que a definição prévia de objetivos, metodologias e impactos esperados é fundamental para assegurar a coerência pedagógica das práticas extensionistas. A ausência desses elementos compromete a intencionalidade formativa, podendo reduzir as ações a iniciativas pontuais, desprovidas de continuidade e profundidade crítica. Reforçando esse entendimento, Carvalho e Silva (2021) reiteram que o êxito da curricularização da extensão está diretamente atrelado a um planejamento estruturado, cujos eixos temáticos estejam sintonizados tanto com as diretrizes da instituição quanto com os desafios sociais enfrentados nos territórios em que as Instituições de Ensino Superior (IES) estão inseridas.

Ao examinar a distribuição das temáticas extensionistas ao longo dos semestres, observa-se que, no quinto semestre, são propostos temas como “Educação Sexual na Prevenção de ISTs no Ambiente Escolar” e “Uso Racional de Medicamentos”. Essas abordagens exigem estratégias pedagógicas específicas que promovam o envolvimento ativo dos discentes e possibilitem a aplicação do conhecimento em contextos concretos. Como destacam Hernández e Ventura (2020), a estrutura metodológica das ações extensionistas deve favorecer uma aprendizagem crítica e reflexiva, integrando teoria e prática de maneira coerente.

Nos semestres finais, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) propõe temáticas de maior complexidade, como “Gestão e Planejamento de Políticas Públicas de Saúde” e “Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho”. Essas propostas demandam uma abordagem inter e multidisciplinar, além de um nível mais elevado de maturidade acadêmica. Contudo, a ausência de diretrizes detalhadas nas ementas pode provocar descompassos entre os objetivos pedagógicos e a prática docente, comprometendo a execução das atividades. Para Perrenoud (2000), o planejamento pedagógico deve considerar a progressão das competências, permitindo que os estudantes avancem de maneira gradual em termos de autonomia, capacidade crítica e intervenção social.

Para que a curricularização da extensão cumpra seu papel transformador, é essencial que a estrutura curricular extrapole a simples enumeração de temas e inclua diretrizes claras para a implementação das atividades. Esse alinhamento é crucial para garantir coerência e efetividade na formação dos futuros profissionais de

Enfermagem. Alencar, Miranda e Costa (2019) reforçam essa perspectiva ao destacarem a necessidade de um planejamento detalhado e de uma avaliação sistemática das atividades extensionistas, consolidando-as como parte integrante do processo educativo.

A análise do PPC e das ementas revela que, embora a curricularização da extensão esteja formalmente incorporada à formação acadêmica, atendendo às exigências legais, ainda se evidenciam fragilidades no que tange à integração das ações extensionistas às competências previstas na matriz curricular. O fortalecimento desses aspectos pode ampliar consideravelmente o impacto pedagógico e social da extensão, superando a lógica da transmissão técnica do saber.

Nesse sentido, Freire (1987) propõe uma educação que promova consciência crítica e transformação social, concebendo o estudante como sujeito ativo de sua formação. Complementando essa perspectiva, Gadotti (2000) argumenta que a educação deve ser orientada por um projeto político-pedagógico emancipador, que articule os saberes científicos com os saberes populares, respeitando os contextos culturais e sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Ao estabelecer um diálogo com Freire, Gadotti enfatiza que a função social da escola e, por extensão, da universidade é formar cidadãos capazes de transformar a realidade por meio do conhecimento crítico.

Enquanto Freire sublinha a importância do envolvimento ético e político na prática educativa, Gadotti amplia esse entendimento ao defender uma pedagogia da cidadania planetária, em que a formação acadêmica deve estar ancorada em valores como justiça social, sustentabilidade e equidade. Assim, a qualificação da curricularização da extensão deve considerar não apenas sua adequação às normativas institucionais, mas também sua potência como instrumento de transformação social, comprometido com a formação integral e crítica dos estudantes e com o desenvolvimento das comunidades.

Quadro 13 – Análise do processo de implementação da curricularização da extensão no curso de Enfermagem.

| ITEM AVALIADO | RESULTADO ENCONTRADO |
|--|---|
| As atividades de extensão propostas no PPC alcançam o mínimo de 10% da carga horária total do curso? | O PPC estabelece que as atividades extensionistas representam pelo menos 10% da carga horária total, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Essa distribuição está devidamente assegurada na estrutura curricular, garantindo a integração da extensão ao processo formativo. |
| As ementas e/ou atividades de extensão propostas são orientadas por áreas de relevante pertinência social? | Embora o PPC mencione a inserção de atividades extensionistas, as ementas não especificam claramente a vinculação com áreas de relevância social. A ausência de diretrizes mais detalhadas pode comprometer a articulação entre as ações extensionistas e as demandas da comunidade, limitando seu impacto. |
| A carga horária das atividades de extensão está devidamente reservada na matriz curricular? | A matriz curricular do curso prevê explicitamente a carga horária destinada às atividades de extensão, assegurando sua distribuição ao longo dos períodos acadêmicos e garantindo sua implementação conforme as diretrizes institucionais. |
| Há uma seção específica destinada às atividades de extensão no PPC? | O PPC apresenta um tópico específico voltado à organização das atividades extensionistas, detalhando sua implementação. Além disso, estabelece uma disciplina exclusiva para o desenvolvimento das ações de extensão, estruturada em formato de projeto, com temáticas previamente definidas para orientar sua aplicação. |
| A carga horária das atividades de extensão está claramente descrita nas ementas dos | Apesar de a carga horária extensionista estar reservada na matriz curricular, sua descrição nas ementas dos componentes curriculares ainda é |

| | |
|--------------------------------------|--|
| componentes curriculares envolvidos? | vaga ou pouco detalhada. A falta de informações específicas pode dificultar o planejamento pedagógico e a avaliação da integração entre ensino e extensão. |
|--------------------------------------|--|

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, também foi realizada a análise do plano de ensino da disciplina de extensão "Projeto Interdisciplinar de Extensão I".

Quadro 14: Plano de Ensino

| PLANO DE ENSINO | |
|---|---|
| DISCIPLINA: | Projeto Interdisciplinar de Extensão I |
| <p>EMENTA:</p> <p>Projeto interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que tem por finalidade promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Essa componente curricular interdisciplinar objetiva promover a interação transformadora entre a IES e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em permanente articulação do ensino e da iniciação científica, ancorada em processo pedagógico único. Dessa forma, os alunos, desenvolverão um projeto de extensão com a temática:</p> <p>O projeto abordará as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades investigativas • Visitas a comunidade • Estudo de caso • Desenvolvendo do Projeto • Apresentação de Relatórios <p>Para o cumprimento da curricularização da extensão, os alunos apresentarão relatório com a finalidade de promover a divulgação dos resultados e contribuições das atividades para a comunidade interna e externa</p> | |
| <p>Projeto Interdisciplinar de Extensão I e II</p> <p>Doenças tropicais e emergentes;</p> <p>Educação em Saúde para Crianças e Adolescentes como Multiplicadores no Contexto da Cultura de Paz; Primeiros Socorros no Ambiente Escolar.</p> <p>Projeto Interdisciplinar de Extensão III e IV</p> | |

Estudo sobre a Teoria do Bem Viver (Sumak Kawsay);
Educação Sexual na Prevenção de ISTs no Ambiente Escolar;
Autocuidado na Promoção da Saúde;
Ações Integradas em Saúde para Assistência às Doenças Crônicas.

Projeto Interdisciplinar de Extensão V e VII

Responsabilidade Social do Enfermeiro;
Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).
Saúde da Mulher;
Envelhecer com Qualidade;
Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;
Prevenção de Acidentes com Materiais Biológicos.

Os temas definirão as bibliografias.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade;
- Indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Priorizar as práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais;
- Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- Valorizar programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias;
- Avaliação permanente das atividades de extensão;
- Criar condições para a participação do FVS na elaboração das políticas públicas voltadas para a população;
- Incentivar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação de acesso ao saber e do desenvolvimento tecnológico e social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Primeira etapa:

➤ Apresentação do projeto

A primeira aula da disciplina de Projeto Interdisciplinar de Extensão, deve abordar os conceitos de extensão universitária, e sua importância para o ensino e aprendizagem do aluno, também deverá ser apresentado aos alunos a Ementa da disciplina e as temáticas para desenvolvimento projeto de extensão.

Nesse primeiro momento também pode ser promovido palestras com o tema do projeto de extensão.

2. Segunda etapa:

➤ Divisão das equipes

Orientações sobre o desenvolvimento do projeto

Nesse segundo momento que pode ser feito de forma híbrida, o(a) professor(a) dividirá a turma em equipes, a turma discutirá como serão realizadas as ações descritas no projeto, o professor organizará um cronograma com as atividades.

3. Terceira etapa:

- **Interação com as comunidades**
- **Desenvolvimento do projeto**
- **Relatório parcial**

Nessa etapa os alunos irão a comunidade escolhida para o desenvolvimento do projeto de extensão, promoverão momentos de discursão com a população, podendo aplicar questionários para obtenção de dados, entrevistas dentre outras ferramentas. O(a) professor(a) acompanhará o desenvolvimento dessas ações.

As ações com a comunidade externa também podem envolver palestras, treinamentos, de acordo com a necessidade encontrada a partir da dialogicidade com a população da comunidade a qual se está trabalhando. Dentro do cronograma do professor deverá ter momentos de orientação com as equipes, que podem ser feitos presencialmente ou de forma híbrida. Os alunos devem encaminhar o relatório parcial do projeto no período da primeira avaliação. O(a) professor(a) fará a análise dos relatórios e orientará as equipes na dissertação do relatório final.

METODOLOGIA

Os encontros serão presenciais. O projeto abordará as seguintes atividades:

- Atividades investigativas;
- Visitas a comunidade;
- Estudo de caso;
- Desenvolvendo do Projeto
- Apresentação de Relatórios.

AVALIAÇÃO

Seguindo o Regulamento de Organização das Atividades de Extensão, nos cursos de graduação presenciais e/ou a distância como pressuposto de que as atividades de extensão devem estar sujeitas à contínua autoavaliação crítica, que permite o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o Ensino, a Pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e as dimensões acadêmicas e institucionais da FVS. Dessa forma, compreende-se que os indicadores são instrumentos a serem observados, de forma quantitativa e qualitativa, o êxito das ações de extensão realizadas. Desta forma, as Unidades Curriculares, deverão elaborar os instrumentos avaliativos, tais como:

- a) Indicador I: relatórios, fichas, etc;
- b) Indicador II: número de participantes/inscritos e concluintes da atividade de extensão;
- c) Indicador III: avaliação do professor;
- d) Indicador IV: resultados alcançados em relação ao público participante (impacto na sociedade, mudanças de hábitos; melhoria de processos etc)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo, abordando todo acervo bibliográfico disponível na IES.

Fonte: Plano de Ensino, curso de Enfermagem (2024).

A revisão do Plano de Ensino da disciplina "Projeto Interdisciplinar de Extensão I" evidencia a adoção de uma abordagem interdisciplinar que fortalece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa perspectiva converge com a abordagem de Demo (2001), que destaca a importância de integrar esses três pilares de forma contínua e articulada, assegurando uma formação acadêmica mais crítica e socialmente comprometida.

No entanto, a ementa não define uma temática específica, limitando-se a apresentar os temas de cada semestre de maneira geral, sem explicitar os critérios que o docente deve adotar para a seleção do tema a ser trabalhado no período. Essa definição parece depender exclusivamente da elaboração do projeto da disciplina, o que pode comprometer a previsibilidade e a uniformidade na condução das atividades extensionistas ao longo do curso. Andrade e Borba (2021) apontam que a transparência na estruturação dos conteúdos extensionistas é essencial para garantir a efetividade do aprendizado. Eles sugerem que a clareza na progressão das temáticas e sua interligação com a prática extensionista contribuem para um melhor engajamento dos estudantes e um impacto mais significativo na comunidade.

O conteúdo programático incorpora metodologias participativas, como visitas à comunidade, estudos de caso e atividades investigativas, favorecendo a dialogicidade e a construção coletiva do conhecimento. A participação ativa dos discentes na elaboração e execução de projetos de extensão fortalece competências interdisciplinares e interprofissionais, promovendo uma formação ancorada na vivência de realidades sociais e na aplicação prática do conhecimento.

Além disso, a extensão contribui para a formação continuada, estimulando a autonomia e o desenvolvimento de competências fundamentais para o aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Enfermagem (Resolução CNE/CES nº 03, de 07 de novembro de 2001).

Ao integrar temas como educação em saúde, autocuidado, cultura de paz e qualidade de vida, a estrutura curricular busca gerar impactos concretos na sociedade. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, expressa na progressão dos conteúdos programáticos, assegura a indissociabilidade desses pilares e alinha-se às diretrizes estabelecidas pelo Artigo 5º da Resolução nº 07/2018/CNE/MEC (BRASIL, 2018).

Os objetivos do plano de ensino reafirmam a extensão como um processo acadêmico essencial, vinculado às demandas sociais, à formação discente, à qualificação docente e ao intercâmbio com a sociedade. Ainda, promovem o acesso ao conhecimento por meio da participação da instituição na formulação de políticas públicas, consolidando a extensão como um vetor de transformação social.

A metodologia de avaliação proposta no plano de ensino abrange relatórios, fichas de avaliação, análise do número de participantes e avaliação do professor. No entanto, essa abordagem não garante um acompanhamento contínuo, evidenciando a necessidade de mecanismos que assegurem uma avaliação sistemática e participativa ao longo do processo. Nesse contexto, Andrade e Borba (2021) destacam a importância da diversificação de instrumentos avaliativos, enfatizando a relevância da avaliação diagnóstica e formativa, aliada a um planejamento estruturado e bem definido.

Para que a avaliação seja efetiva e reflita o impacto das ações extensionistas, é essencial que o plano de ensino estabeleça diretrizes claras sobre a organização das temáticas ao longo do semestre, os métodos avaliativos e os recursos mais adequados para mensurar os projetos extensionistas. Além de permitir o acompanhamento do desempenho dos estudantes, essa estruturação contribuirá para embasar melhorias no processo formativo.

A organização do plano de ensino segue uma divisão em três etapas. A primeira, voltada ao ensino, compreende a apresentação do projeto, abordando conceitos fundamentais da extensão universitária e sua relevância para o ensino e aprendizagem. Nesse momento, são introduzidos a ementa da disciplina e os temas para o desenvolvimento do projeto de extensão, além da possibilidade de palestras introdutórias sobre o tema. Já a segunda etapa, relacionada à pesquisa, envolve a divisão das equipes e as orientações metodológicas para a condução do projeto, podendo ser realizada de forma híbrida. Aqui, os estudantes discutem a

operacionalização das ações extensionistas, enquanto o professor organiza um cronograma com as atividades previstas. Por fim, a terceira etapa concentra-se na prática extensionista, incluindo a interação com a comunidade, o desenvolvimento das atividades do projeto e a produção do relatório parcial.

Entretanto, uma outra lacuna identificada diz respeito à carga horária, pois o plano de ensino está estruturado em momentos distintos, contemplando ensino, pesquisa e extensão, mas sem especificar o tempo dedicado exclusivamente às atividades extensionistas. A ausência dessa delimitação pode comprometer a efetiva integração da extensão à matriz curricular e dificultar a avaliação do impacto formativo e social do projeto.

Conforme apontam Andrade e Borba (2021), a definição clara da carga para horária extensionista dentro da disciplina é fundamental assegurar que a extensão não seja tratada apenas como um complemento, mas como uma dimensão acadêmica essencial. Dessa forma, recomenda-se que o plano de ensino explicita com maior clareza a carga horária destinada a cada eixo (ensino, pesquisa e extensão), garantindo que a experiência extensionista dos alunos seja plenamente integrada ao processo formativo.

Uma abordagem mais estruturada para a definição dos impactos esperados na formação discente e nos benefícios concretos para a comunidade poderia aprimorar a avaliação dos resultados das ações extensionistas. Nesse sentido, Souza e Lima (2021) destacam que a extensão universitária deve ser planejada com objetivos e indicadores bem definidos, de modo a garantir uma análise mais precisa dos seus efeitos na aprendizagem dos estudantes e na transformação social. Além disso, considerando a importância da interdisciplinaridade, fomentar a participação de discentes e docentes de diferentes áreas do conhecimento nos projetos extensionistas fortaleceria a troca de saberes e ampliaria as possibilidades de intervenção social, promovendo uma atuação mais integrada e significativa.

Dessa forma, a disciplina "Projeto Interdisciplinar de Extensão I" está em conformidade com os princípios da extensão universitária, promovendo a interação com a sociedade e contribuindo para a formação acadêmica dos estudantes, além de fomentar mudanças institucionais e sociais. No entanto, aprimoramentos pontuais, como a definição mais precisa dos métodos avaliativos e da carga horária, a mensuração dos impactos extensionistas e o fortalecimento da interdisciplinaridade,

poderiam intensificar os benefícios da curricularização da extensão, ampliando seu alcance e efetividade.

É fundamental reconhecer que a curricularização da extensão ainda é um processo em construção e que a melhoria contínua dessas práticas é essencial para fortalecer a qualidade e a efetividade das ações extensionistas, consolidando a extensão como um eixo estruturante da formação superior.

A curricularização da extensão, enquanto processo dinâmico e em constante construção, demanda aperfeiçoamento contínuo para assegurar a qualidade e a efetividade das ações extensionistas. A consolidação da extensão universitária como um eixo estruturante da formação superior exige reflexões permanentes sobre sua implementação, visando à superação de desafios e ao aprimoramento das práticas pedagógicas.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, também foi analisado o Guia da Curricularização da Extensão evidenciou seu papel estratégico como ferramenta de apoio à organização e execução das atividades extensionistas. Ao oferecer um plano estruturado, o guia contribui para a sistematização das disciplinas de extensão, promovendo maior clareza nos processos e aprimorando o ambiente de aprendizado, tanto para docentes quanto para discentes.

Com o avanço da pesquisa, foram realizadas observações entre os meses de maio e julho de 2024, totalizando 12 visitas e 36 horas de observação, registradas em um diário de campo. A postura adotada foi a de observação não participante, o que permitiu uma análise mais imparcial e precisa das dinâmicas de interação entre docentes, alunos e membros da comunidade. A observação detalhada foi guiada por um roteiro que incluía aspectos como os momentos das atividades, as estratégias de interação e os recursos pedagógicos utilizados. Este método proporcionou uma captura fiel das interações, já que os participantes não foram diretamente impactados pela presença observadora.

A interação observada entre docentes e estudantes foi direta, com momentos de diálogo que favoreciam a participação ativa dos discentes. Em várias ocasiões, membros da comunidade também se mostraram engajados, especialmente em momentos práticos e de discussões coletivas. Essa colaboração foi um dos aspectos mais enriquecedores da observação, pois destacou como os projetos de extensão

proporcionam um aprendizado que vai além do conteúdo formal, estimulando o diálogo e a colaboração entre os diversos atores envolvidos.

Nas observações das atividades extensionistas, a adoção de uma postura de observação não participante possibilitou uma análise crítica das estratégias pedagógicas e da interação entre o ambiente acadêmico e a comunidade. Esse processo permitiu reflexões importantes sobre os impactos gerados e os desafios enfrentados na execução das práticas extensionistas. Freire (1987) ressalta que a reflexão crítica sobre a prática é essencial para a transformação social e educacional. Além disso, Chaves *et. al.*, (2019) destaca que a integração da extensão universitária ao currículo exige uma análise constante dos processos pedagógicos, assegurando que as práticas extensionistas sejam significativas e alinhadas com as demandas sociais.

Durante o período de observações, foram analisados três projetos de extensão. O primeiro deles foi o Projeto Educação em Saúde para Crianças e Adolescentes como Multiplicadores no Contexto da Cultura de Paz, desenvolvido no semestre 2024.1, com duração de seis meses e carga horária total de 60 horas. Este projeto teve como objetivo destacar a relevância da cultura de paz e incentivar o protagonismo juvenil como ferramentas para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Por meio de atividades educativas e dinâmicas participativas, o projeto visou empoderar os jovens, transformando-os em multiplicadores de conhecimento e agentes de transformação social em suas comunidades.

O projeto foi realizado em uma escola de ensino fundamental, beneficiando cerca de 80 alunos, com idades entre 10 e 14 anos, em uma localidade próxima à IES. Durante o desenvolvimento, os alunos da graduação em Enfermagem, sob orientação do professor responsável, planejaram e executaram oficinas de educação em saúde, abordando temas como prevenção de doenças, adoção de hábitos saudáveis e promoção do bem-estar. A metodologia adotada alinou-se aos princípios da cultura de paz, do respeito mútuo e da cooperação, promovendo atitudes cidadãs e colaborativas. Os resultados obtidos, conforme Chaves *et. al.*, (2019), mostra que a articulação entre saúde e cidadania é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e colaborativa.

Além das atividades educativas, os estudantes universitários foram orientados a incentivar os participantes a se tornarem multiplicadores do conhecimento adquirido, promovendo a disseminação das informações com suas famílias e comunidades.

Durante o semestre, as ações do projeto foram monitoradas e avaliadas pelo docente, garantindo o alcance dos objetivos de maneira eficaz e com resultados positivos tanto para os alunos da graduação quanto para os jovens participantes. Estes, ao final, saíram mais capacitados para disseminar práticas saudáveis e culturais de paz em suas comunidades.

No entanto, durante a observação do projeto, foram identificadas diversas dificuldades que impactaram o andamento das atividades. O principal desafio foi o deslocamento dos alunos para os locais de realização das ações. Aspectos logísticos e financeiros, aliados à falta de planejamento adequado para transporte e à escassez de recursos destinados a cobrir essas despesas, dificultaram a participação e a frequência dos estudantes. Como Gandotti (2021) aponta, a precariedade no suporte logístico é um obstáculo comum, especialmente em contextos em que os estudantes enfrentam desafios socioeconômicos adicionais. Essa situação é um exemplo claro da necessidade de uma infraestrutura mais robusta para garantir o sucesso das ações extensionistas e a participação efetiva dos alunos.

Outro ponto relevante foi a baixa adesão dos alunos ao projeto. Muitos enfrentaram dificuldades para equilibrar as demandas extensionistas com suas responsabilidades profissionais e acadêmicas. Cunha (2023) destaca que esse é um desafio recorrente na curricularização da extensão, especialmente entre estudantes que acumulam compromissos no mercado de trabalho e na vida pessoal. Tal situação evidencia a importância de estratégias institucionais que favoreçam a participação discente, como o fortalecimento de políticas de apoio, a flexibilização de horários e a valorização das práticas extensionistas no cômputo da carga horária acadêmica.

Diante do exposto, observa-se que a disciplina “Projeto Interdisciplinar de Extensão I” constitui uma iniciativa relevante na consolidação da curricularização da extensão, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A inserção de metodologias participativas, a valorização da dialogicidade e o estímulo à atuação comunitária favorecem a formação integral dos estudantes e fortalecem os laços da instituição com a sociedade. No entanto, os dados observados também

indicam a necessidade de aprimoramentos estruturais e metodológicos que garantam a efetividade das ações extensionistas.

A partir das análises realizadas, recomenda-se a revisão do plano de ensino com ênfase na definição mais clara da carga horária destinada à extensão, no detalhamento dos métodos de avaliação, na explicitação dos critérios para a escolha temática semestral e na previsão de estratégias de acompanhamento contínuo das atividades. Ademais, a instituição deve investir em políticas de apoio logístico e financeiro aos estudantes, assegurando sua participação efetiva nos projetos e a superação de barreiras que limitam o pleno desenvolvimento das ações extensionistas.

Assim, a disciplina analisada representa não apenas um espaço pedagógico de vivência prática e interdisciplinar, mas também um campo fértil para a transformação social, desde que continuamente avaliada e aperfeiçoada. A consolidação da curricularização da extensão depende, portanto, do compromisso institucional com a qualidade das práticas formativas, com a valorização da extensão universitária como eixo estruturante do currículo e com a promoção de uma formação crítica, autônoma e socialmente engajada.

Outro aspecto importante foi a falta de capacitação adequada de gestores e docentes, uma fragilidade que compromete a integração da extensão nos currículos. Souza (2019) destaca a necessidade de um sistema de avaliação robusto, baseado em indicadores auditáveis, mensuráveis e contínuos, que permitam avaliar os impactos da curricularização da extensão tanto nos estudantes quanto na sociedade e nas instituições. Esses sistemas são fundamentais para garantir a qualidade e a relevância das práticas extensionistas, fortalecendo sua legitimidade como parte integrante do processo formativo.

Esses desafios refletem áreas prioritárias que demandam atenção para garantir a efetividade e a sustentabilidade dos projetos de extensão. A superação dessas dificuldades exige esforços coordenados, tanto no planejamento e execução das ações quanto na capacitação e no suporte oferecido a todos os envolvidos.

O segundo projeto de extensão observado foi intitulado "*Primeiros Socorros no Ambiente Escolar*", realizado em uma escola municipal e em uma escola estadual da região. A iniciativa teve como propósito capacitar profissionais da educação para oferecer atendimento imediato em situações de acidentes ou mal súbito envolvendo

crianças. Com foco na preservação da vida e na prevenção de agravamentos clínicos, o projeto contemplou treinamentos práticos voltados ao manejo de emergências, bem como orientações sobre medidas preventivas eficazes.

Durante sua execução, os discentes realizaram visitas às instituições de ensino, ministrando oficinas e atividades educativas. A proposta permitiu não apenas a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, mas também o fortalecimento da integração entre a comunidade acadêmica e o ambiente escolar, contribuindo para a construção de uma cultura de segurança. A avaliação final baseou-se na análise de formulários e entrevistas aplicados aos participantes, possibilitando um diagnóstico da efetividade das ações formativas desenvolvidas.

Entretanto, alguns entraves foram identificados no decorrer do projeto. O principal deles referiu-se ao deslocamento dos estudantes até os locais de realização das atividades, uma vez que a logística envolvida exigia tempo e recursos consideráveis. Essa limitação afetou a pontualidade e a assiduidade dos participantes, comprometendo a integralização da carga horária prevista. Soma-se a isso a dificuldade enfrentada por alguns alunos em conciliar as exigências do projeto com compromissos profissionais, o que restringiu sua participação plena nas ações.

Outro aspecto relevante observado foi a variação no grau de adesão dos estudantes. Embora a maioria tenha demonstrado interesse e engajamento, a ausência parcial de alguns integrantes revelou a necessidade de estratégias que favoreçam a inclusão, como a flexibilização de horários ou a criação de modalidades alternativas de participação. Tais medidas poderiam ampliar o alcance e a efetividade da proposta.

Ainda que a iniciativa apresentasse traços assistencialistas, sua execução proporcionou uma significativa aproximação com a comunidade escolar. A abordagem adotada, mesmo marcada por um viés de prestação de serviços, possibilitou um diálogo mais próximo com os profissionais da educação, contribuindo para a identificação de demandas reais e para o fortalecimento da presença da universidade no território. Esse contato direto favoreceu uma compreensão mais concreta das dinâmicas escolares e das urgências relacionadas à formação em primeiros socorros.

Contudo, é fundamental problematizar os limites de ações predominantemente assistencialistas. A literatura especializada aponta que tais práticas, embora bem-intencionadas, tendem a restringir o potencial transformador da extensão universitária,

uma vez que priorizam respostas pontuais em detrimento de processos formativos emancipadores. De acordo com Cunha (2023), superar o assistencialismo requer a adoção de metodologias dialógicas, baseadas na escuta ativa e na participação das comunidades, promovendo a autonomia dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, a crítica ao modelo assistencialista reside no risco de perpetuar relações de dependência e de reproduzir desigualdades históricas. Souza (2001) enfatiza a relevância de estratégias que integrem a comunidade à elaboração e implementação das ações, favorecendo a co-construção do conhecimento e a valorização dos saberes locais. Com isso, a extensão torna-se um processo bidirecional, capaz de enriquecer tanto a formação acadêmica quanto o desenvolvimento social.

Assim, apesar dos avanços obtidos pelo projeto em termos de interação comunitária, recomenda-se repensar sua abordagem futura, buscando maior horizontalidade na relação com os sujeitos sociais envolvidos. O envolvimento da comunidade desde a fase de planejamento pode garantir uma atuação mais colaborativa e transformadora, alinhada aos princípios da extensão crítica e comprometida com a transformação social.

As observações realizadas na disciplina *Projeto Interdisciplinar de Extensão III* também abarcaram a análise do projeto *"Autocuidado na Promoção da Saúde"*, desenvolvido na praça principal da cidade de Tianguá, com foco na população idosa. A proposta visou fomentar práticas de cuidado e prevenção em saúde, reconhecendo a necessidade de ações intersetoriais que contribuam para o enfrentamento de problemas recorrentes no cotidiano dessa parcela da população.

O ponto de partida foi a realização de um levantamento, em abril de 2024, junto aos idosos hipertensos cadastrados no Programa Saúde da Família (PSF) da unidade de saúde local. A partir dessa investigação, o projeto estabeleceu como metas principais o fortalecimento dos vínculos de corresponsabilidade com a comunidade, a promoção da qualidade de vida e o estímulo ao autocuidado, por meio de ações educativas e participativas.

Tal como ocorreu nos projetos anteriores, desafios logísticos foram identificados, especialmente em relação ao deslocamento dos discentes residentes em municípios vizinhos. Essa limitação impactou a regularidade da participação

estudantil, reiterando a necessidade de se pensar em estratégias mais acessíveis para garantir a presença efetiva dos envolvidos.

Apesar desses obstáculos, a experiência foi marcada por uma intensa interação com a comunidade local. A presença ativa dos alunos e o contato direto com os idosos propiciaram o fortalecimento de vínculos e a identificação de demandas específicas, favorecendo uma escuta sensível e o planejamento de intervenções alinhadas às necessidades reais da população. Essa proximidade reafirma a importância da inserção da extensão universitária como ferramenta de articulação entre ensino, serviço e comunidade.

Um aspecto especialmente positivo foi o fortalecimento das parcerias institucionais. A colaboração entre a faculdade, a Prefeitura Municipal e os serviços públicos de saúde foi decisiva para o êxito das atividades. Essa articulação ampliou o alcance da proposta, assegurando maior visibilidade e respaldo institucional. Conforme aponta Gandotti (2017), a integração entre instituições acadêmicas e políticas públicas amplia o potencial transformador da extensão, ao conectar a formação crítica dos estudantes às problemáticas sociais emergentes.

Adicionalmente, a participação expressiva de alunos matriculados na disciplina, aliada ao acompanhamento de dois docentes, contribuiu para uma organização mais eficiente do projeto. A atuação conjunta dos professores permitiu um acompanhamento mais próximo das atividades, garantindo suporte pedagógico contínuo e favorecendo uma experiência formativa mais estruturada.

Dessa forma, os projetos analisados evidenciam tanto as potencialidades quanto os desafios da extensão universitária, especialmente em contextos marcados por desigualdades e carência de recursos. Ao mesmo tempo em que propiciam a integração teoria-prática e o fortalecimento da relação universidade-sociedade, revelam a necessidade de constante aprimoramento metodológico e político, de modo a garantir práticas extensionistas mais críticas, inclusivas e transformadoras.

A pesquisa avança agora para uma nova etapa de análise, centrada nas entrevistas realizadas com os docentes do curso. Esse aprofundamento tem como propósito compreender como os professores concebem e definem a extensão universitária, além de avaliar a forma como essa abordagem tem sido incorporada ao currículo acadêmico, em consonância com os procedimentos e diretrizes institucionais.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a quatro docentes no mês de junho de 2024. Para preservar a identidade dos participantes, cada professor recebeu uma identificação numérica. A análise dos dados foi conduzida por meio do método de análise de conteúdo, permitindo uma interpretação criteriosa e organizada das narrativas, com ênfase na compreensão das percepções e experiências relatadas.

Com base nos relatos dos entrevistados, verificou-se que, de maneira unânime, os professores concebem a extensão universitária como a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula na sociedade. Essa concepção enfatiza a integração entre teoria e prática, possibilitando a transferência e o aprimoramento dos saberes em contextos reais. Esse entendimento é evidenciado nas declarações dos participantes 1, 2, 3 e 4, conforme será detalhado a seguir.

Para mim, são ações que proporcionam troca de conhecimento entre a faculdade e a sociedade. Nessas ações, nós discutimos, debatemos, estudamos e pesquisamos, e no final trazemos um retorno para a sociedade (Docente 01).

Eu entendo a extensão como uma atividade de retorno para a sociedade, onde o aluno compartilha com a sociedade os conhecimentos adquiridos em sala de aula (Docente 02).

A extensão é a ação prática dos conhecimentos na sociedade (Docente 03).

Para mim, a extensão reside na interação direta entre os estudantes e os diversos setores da sociedade (Docente 04).

As declarações reforçam uma concepção alinhada aos princípios fundamentais da extensão universitária, que, conforme preconiza o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, deve se articular de forma indissociável ao ensino e à pesquisa (Brasil, 1988). Essa perspectiva também encontra respaldo nas Diretrizes para a FORPROEX (2012), as quais destacam a necessidade de uma interação efetiva entre a academia e a sociedade, promovendo retornos concretos e socialmente relevantes.

Ao serem questionados sobre o conceito de curricularização da extensão, os docentes demonstraram familiaridade parcial com o tema, expressando compreensões sucintas e centradas em aspectos normativos:

A curricularização da extensão, se eu entendi bem, é quando as atividades de extensão entram no currículo dos cursos (Docente 01).

Eu entendo que a curricularização é a obrigatoriedade de cumprimento das ações de extensão (Docente 02).

Pelo que eu sei, é uma exigência que veio para fazer com que os alunos tenham mais contato com a prática social (Docente 03).

A curricularização é a exigência de integrar 10% da carga horária do curso em atividades de extensão. (Docente 04).

Essas respostas evidenciam um conhecimento ainda limitado sobre o processo de curricularização, predominantemente focado em sua obrigatoriedade e no cumprimento da carga horária mínima de 10% em atividades extensionistas. Apesar da superficialidade das definições, é possível perceber uma compreensão inicial dos objetivos centrais da política, especialmente no que diz respeito à articulação entre formação acadêmica e prática social.

Segundo Carvalho e Silva (2021), a curricularização da extensão vai além do cumprimento de uma exigência legal, constituindo-se como uma estratégia para fortalecer o compromisso social das IES, promovendo experiências formativas qualificadas e conectadas às demandas da sociedade. Nesse sentido, mesmo que as respostas indiquem lacunas conceituais, os docentes já identificam elementos-chave desse processo, como a prática social, a obrigatoriedade institucional e a integração ao currículo.

No tocante às dificuldades enfrentadas no ensino da disciplina de extensão, os entrevistados destacaram obstáculos estruturais e logísticos que comprometem a efetividade dos projetos desenvolvidos:

Sim, uma das maiores dificuldades que enfrento ao lecionar a disciplina de extensão é o fato de muitos alunos trabalharem e estudarem ao mesmo tempo. Isso dificulta o desenvolvimento do projeto, pois eles nem sempre conseguem participar de todas as etapas. Fica complicado organizar as atividades quando nem todos podem estar presentes, especialmente nas fases que exigem maior interação com a comunidade (Docente 01).

Sim, tenho dificuldade em deslocar os alunos até as comunidades, principalmente porque muitos são de cidades diferentes. Isso acaba demandando tempo e dinheiro, o que nem sempre está disponível. Alguns estudantes não têm condições de arcar com os custos de transporte, e isso acaba comprometendo a execução do projeto (Docente 02).

Enfrento resistência por parte dos alunos em relação ao deslocamento até a comunidade onde será realizado o projeto. Muitos não se sentem confortáveis em ir até lá, o que já é uma barreira. Além disso, a falta de verba destinada para esses projetos dificulta ainda mais, pois acaba sendo mais complicado estruturar atividades e viabilizar a participação de todos (Docente 03).

Acredito que seria mais fácil se o foco fosse apenas a prestação de serviços, pois a dificuldade maior está em envolver a comunidade no projeto. Isso demanda muito tempo e dedicação, tanto da minha parte quanto dos alunos, e nem sempre conseguimos esse engajamento. Às vezes, é complicado equilibrar as atividades acadêmicas com o tempo necessário para a execução do projeto de extensão (Docente 04).

As falas revelam dificuldades recorrentes no cenário educacional brasileiro, como a sobrecarga dos estudantes que conciliam trabalho e estudo, a falta de recursos para transporte, a resistência ao envolvimento comunitário e a escassez de apoio financeiro e institucional. Conforme argumentam Carvalho e Silva (2021), a efetiva implementação da curricularização exige a superação de entraves organizacionais, estruturais e econômicos, além da mobilização institucional para viabilizar a realização das ações extensionistas.

Além disso, Dalmolin e Hertzog (2015) destacam que a consolidação da curricularização requer uma transformação cultural no âmbito acadêmico, o que envolve a ressignificação da extensão como parte integrante e essencial da formação dos estudantes. O FORPROEX (2012), por sua vez, reforça a necessidade de políticas de incentivo e gestão institucional voltadas ao fortalecimento da extensão, com garantia de recursos, condições adequadas de execução e estratégias de inclusão dos diversos segmentos da comunidade acadêmica.

Por fim, quando os docentes foram indagados sobre os impactos e transformações decorrentes da curricularização no curso de Enfermagem, suas respostas revelaram percepções ambivalentes. Embora reconheçam o potencial transformador da extensão, também apontam limitações na efetividade das ações:

Sim, eu percebo que as atividades de extensão inseridas no curso de Enfermagem trazem um impacto, principalmente pela interação dos alunos com a comunidade. Acredito que essa troca de experiências já promove uma transformação, pois os alunos vivenciam a realidade da população, o que gera uma conscientização importante (Docente 01).

Acredito que as atividades têm um impacto inicial, mas, para que o impacto seja mais significativo e duradouro, penso que seria necessário haver uma continuidade nas ações, algo que acompanhasse as necessidades da comunidade ao longo do tempo (Docente 02).

Ainda não observei impactos relevantes nas atividades de extensão. Talvez por falta de tempo ou recursos, as ações ainda não conseguiram trazer mudanças concretas. Pode ser que, com mais estrutura, os resultados se tornem mais visíveis (Docente 03).

Acredito que a própria interação entre os alunos e a comunidade já é um impacto positivo. Mesmo que ainda não haja resultados tão mensuráveis, só o fato de os estudantes saírem da sala de aula e entrarem em contato com a realidade social já contribui para uma transformação (Docente 04).

As declarações indicam que os professores reconhecem o valor da extensão enquanto processo de sensibilização e formação cidadã dos estudantes. No entanto, também apontam para a ausência de continuidade, escassez de recursos e fragilidade na estruturação dos projetos como fatores limitantes para a obtenção de resultados mais expressivos.

De acordo com Carvalho e Silva (2021), os impactos sociais da extensão universitária só se consolidam quando as ações são contínuas, bem planejadas e alinhadas às reais necessidades da comunidade. Já Dalmolin e Hertzog (2015) enfatizam que a articulação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão no currículo é fundamental para alcançar transformações concretas, tanto no processo formativo quanto na realidade social. Assim, garantir a estruturação adequada dos projetos e seu acompanhamento ao longo do tempo é um dos principais desafios a serem enfrentados para fortalecer os efeitos positivos da curricularização da extensão.

o serem questionados sobre o impacto das atividades de extensão na formação dos estudantes, os docentes demonstraram uma perspectiva amplamente positiva. Eles destacaram que tais experiências contribuem significativamente para o

desenvolvimento acadêmico e profissional, promovendo uma formação mais abrangente e alinhada às demandas sociais.

Toda interação dos estudantes com a comunidade gera impactos positivos na formação profissional deles. Acho que essa vivência prática fora da sala de aula é essencial para que eles possam entender melhor as realidades e necessidades da população, o que, sem dúvida, acrescenta muito à sua formação (Docente 01).

Acho muito importante que os alunos saiam dos muros da faculdade e tenham a oportunidade de conhecer a realidade social. O contato direto com o mercado de trabalho, com pessoas de diferentes contextos, amplia o horizonte deles e dá uma visão mais completa sobre a atuação profissional (Doente 02).

Na minha visão, toda atividade prática é fundamental para a formação acadêmica e profissional dos estudantes. A teoria é importante, mas sem aplicar esses conhecimentos na prática, eles não conseguem desenvolver as habilidades necessárias para atuar no mercado de trabalho (Docente 03).

O contato direto com as demandas da sociedade é muito importante para o estudante. Isso o prepara para ser um profissional mais completo, capaz de entender e atender as necessidades das pessoas de maneira mais consciente (Docente 04).

As falas evidenciam o reconhecimento das atividades extensionistas como essenciais para articular teoria e prática, aproximando o processo formativo das necessidades concretas da sociedade. De acordo com Carvalho e Silva (2021), a extensão universitária oportuniza aos estudantes o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e sociais, o que contribui para uma formação mais crítica e comprometida com a realidade social.

Quando indagados sobre a implementação da curricularização da extensão, os docentes apontaram esforços institucionais para a inclusão dessas práticas nos currículos. No entanto, também indicaram lacunas na compreensão e na aplicação prática do processo, o que ainda limita sua plena efetivação.

Como membro do NDE, eu tenho conhecimento do processo de curricularização da extensão no curso, pois estive envolvido diretamente na

atualização do PPC do curso e implementação desse processo. Porém, percebo que esse entendimento ainda não foi claramente comunicado e explicado a todos os colegas docentes da instituição (Docente 01).

Estou ciente de que há disciplinas exclusivas com carga horária dedicada à extensão, incluindo a disciplina que leciono, mas ainda não é claro como foi que se deu o a curricularização da extensão no curso (Docente 02)

Eu reconheço a falta de formação sobre o tema e admito que o processo de curricularização da extensão no curso de Enfermagem ainda não é totalmente claro para mim, o que dificulta a aplicação prática nas minhas atividades de ensino (Docente 03).

Confesso que ainda não compreendi completamente como a extensão foi inserida no curso de Enfermagem (Docente 04).

Esses relatos evidenciam que, embora o processo de implementação da curricularização da extensão esteja em curso, ainda persistem desafios relacionados à comunicação institucional e à formação continuada dos docentes. Conforme Dalmolin e Hertzog (2015), a curricularização deve ser um processo integrado e coletivo, não se limitando a uma exigência formal. Para isso, é imprescindível o envolvimento efetivo dos professores, por meio de capacitação adequada e participação ativa na construção pedagógica.

Ademais, Carvalho e Silva (2021) destacam que uma das principais barreiras à implementação da extensão curricularizada é a ausência de formação específica. A extensão precisa ser compreendida como parte constitutiva do currículo, e não como uma atividade paralela. O FORPROEX (2012) também enfatiza a importância de um planejamento institucional que envolva todos os segmentos da IES, promovendo uma inserção clara e articulada das atividades extensionistas no projeto pedagógico.

Ao serem questionados sobre possíveis sugestões para aprimorar a implementação da curricularização, os docentes propuseram medidas voltadas à comunicação, formação e estrutura de apoio:

Sugiro que a instituição forneça informações mais detalhadas e claras sobre a curricularização da extensão (Docente 01).

Recomendo a realização de formações para os professores sobre a extensão universitária (Docente 02).

Eu sugiro que a instituição ofereça suporte para a execução das atividades de extensão, como recursos logísticos e administrativos (Docente 03).

Recomendo a implantação de um sistema de avaliação das atividades de extensão, com coleta de feedback dos docentes e ajustes baseados nas necessidades e desafios identificados (Docente 04).

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas, realizadas com os docentes, revelou aspectos significativos acerca da implementação e da compreensão da curricularização da extensão no curso de Enfermagem de uma instituição privada no interior do Ceará. Entre os aspectos positivos, sobressai-se o forte comprometimento dos professores com as propostas de integração das atividades extensionistas ao currículo. Esse envolvimento foi evidenciado pela maioria dos participantes, que reconheceram o impacto formativo da extensão universitária, sobretudo no desenvolvimento de competências socioeducativas e no fortalecimento do vínculo entre academia e sociedade (Carvalho e Silva, 2021).

Contudo, também foram identificadas limitações que requerem atenção institucional. A ausência de formação específica para a condução das atividades extensionistas no âmbito curricular, somada à escassez de recursos materiais e apoio organizacional, foi apontada como um entrave à plena efetivação das ações. Além disso, alguns docentes destacaram a inexistência de uma sistemática de avaliação que permita mensurar os impactos concretos dessas práticas na formação discente, o que dificulta a retroalimentação e o aprimoramento contínuo dos projetos.

O objetivo central desta pesquisa foi analisar a implementação da curricularização da extensão universitária no curso de Graduação em Enfermagem. Os dados indicam que, embora a curricularização tenha sido introduzida com a intenção de promover a integração efetiva das atividades de extensão à matriz curricular, ainda persistem desafios relevantes que comprometem sua consolidação. A construção do processo se deu de forma gradativa, com a revisão do PPC, atualização da matriz curricular e reformulação das práticas pedagógicas, visando à inserção coerente das atividades extensionistas na formação acadêmica.

Apesar desses avanços estruturais, os relatos apontam para dificuldades relacionadas à operacionalização da curricularização. A falta de clareza sobre as metodologias aplicáveis, bem como a carência de formação continuada para os docentes, foram questões recorrentes. Somam-se a isso a comunicação institucional ineficaz sobre os objetivos da extensão, a resistência inicial de alguns professores, e a insuficiência de apoio financeiro e logístico.

Além disso, evidenciou-se uma lacuna na avaliação sistemática das atividades de extensão. Muitos docentes demonstraram desconhecimento sobre como aplicar as metodologias extensionistas em sala de aula e sobre os critérios avaliativos da aprendizagem promovida pelas experiências com a comunidade. Tais lacunas comprometem a efetiva integração da extensão ao cotidiano acadêmico, tornando-a, em alguns casos, uma atividade periférica.

Apesar disso, a análise demonstrou que a curricularização da extensão é compreendida, pela maioria dos participantes, como uma prioridade institucional e uma via para potencializar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, é necessário investir em ações contínuas de formação docente e na construção de uma cultura institucional que valorize a extensão como componente essencial da formação universitária.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de reestruturação organizacional. Uma das recomendações levantadas é a criação de um Núcleo de Extensão autônomo, desvinculado da Iniciação Científica. Diferentemente do atual modelo (NEXTIC), tal núcleo possibilitaria o desenvolvimento de ações específicas para a gestão da extensão, com foco na formação pedagógica dos docentes, no monitoramento das práticas e na avaliação dos impactos sociais.

A criação de parcerias com empresas locais, por exemplo, poderia representar uma estratégia eficaz tanto para garantir infraestrutura adequada quanto para atrair recursos financeiros. Tais colaborações, se bem conduzidas, configuram-se como arranjos cooperativos de benefício mútuo, promovendo a visibilidade institucional e o fortalecimento da responsabilidade social empresarial.

Além disso, a diversificação dos espaços de atuação extensionista, em diferentes contextos sociais, amplia a formação crítica dos estudantes e os aproxima das realidades comunitárias. Cunha (2023) argumenta que, ao vivenciarem essas experiências, os alunos desenvolvem competências éticas, políticas e sociais

indispensáveis à prática profissional comprometida com a transformação social. Estratégias como a flexibilização de horários, com atividades em turnos alternativos e fins de semana, são medidas que favorecem a inclusão de estudantes em condições socioeconômicas diversas, contribuindo para a equidade no acesso às práticas formativas.

A articulação entre a IES e os serviços comunitários, como unidades de saúde e de assistência social, foi outro ponto destacado como promissor. Tais parcerias fortalecem a efetividade das ações extensionistas e ampliam seu impacto social. No entanto, para que essas ações alcancem seus objetivos, é fundamental implantar mecanismos avaliativos contínuos. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) pode desempenhar um papel central nesse processo, aplicando instrumentos de feedback junto a estudantes, professores e comunidade.

Com base na análise realizada, foi elaborado o seguinte quadro, que sintetiza os desafios observados na implementação da curricularização da extensão, associando-os a sugestões de enfrentamento, fundamentadas na literatura e nos achados empíricos da pesquisa:

Quadro 15: Desafios na implementação da curricularização da extensão e sugestões de enfrentamento

| Desafios Identificados | Sugestões de Enfrentamento |
|--|--|
| Falta de clareza metodológica sobre como implementar atividades extensionistas | Elaboração de guias práticos e oficinas metodológicas específicas para os docentes |
| Falta de detalhamento sobre a avaliação dos impactos sociais | Criação de instrumentos avaliativos com foco em indicadores sociais, elaborados com participação da comunidade |
| Falta de avaliação sistemática das atividades extensionistas | Implantação de processos avaliativos regulares, conduzidos pela CPA, com coleta de feedback de alunos e comunidade |
| Dificuldade no deslocamento dos alunos para os locais de realização das ações | Estabelecimento de parcerias com transporte público ou incentivo a ações extensionistas em locais próximos da IES |
| Ausência de formação continuada para os docentes | Criação de um programa permanente de capacitação em extensão universitária, promovido pelo núcleo institucional |

| | |
|---|--|
| Baixa adesão dos alunos às atividades extensionistas | Ampliação da divulgação, escuta ativa dos discentes e flexibilização de horários para maior inclusão e engajamento |
| Desigualdade na distribuição da carga horária de extensão | Reavaliação da matriz curricular para diversificar a carga horária e os formatos das atividades por semestre |
| Pouca visibilidade da participação da comunidade externa | Criação de comissões consultivas com representantes comunitários para acompanhamento e deliberação dos projetos |

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

O fechamento desta análise evidencia que a curricularização da extensão deve ser compreendida como um processo contínuo e coletivo, que exige planejamento institucional, superação de entraves pedagógicos e reorganização da estrutura curricular. A pesquisa revelou que, embora o processo esteja em andamento, sua consolidação como dimensão formativa emancipadora ainda depende da implementação de estratégias integradas que promovam a participação efetiva de todos os atores envolvidos.

Essa compreensão alinha-se à perspectiva freiriana de educação transformadora, pautada na construção do conhecimento a partir da prática social. De acordo com Gadotti (2000), a função social da universidade se concretiza no encontro entre educação e cidadania, por meio de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Assim, esta pesquisa contribui para o debate sobre a missão institucional da universidade ao propor uma formação superior que articule saberes acadêmicos e conhecimentos populares em um processo dialógico e crítico.

Ao enfrentar os desafios da curricularização da extensão com base em uma concepção crítica de educação, reafirma-se a importância da extensão universitária como instrumento de democratização do saber, de promoção do desenvolvimento local e da formação cidadã dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última seção, apresento as considerações finais do estudo, elaboradas a partir das aprendizagens construídas ao longo da pesquisa e das reflexões estimuladas durante a formação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). A investigação teve como eixo central a análise do processo de implementação da curricularização da extensão no curso de Enfermagem, com ênfase nas implicações pedagógicas, institucionais e sociais desse movimento.

Ao abordar uma temática de crescente relevância nas IES, a pesquisa concentrou-se na integração da extensão universitária aos currículos de graduação, tomando como objeto uma realidade específica: uma IES privada situada no interior do Ceará. Tal escolha se justifica pelo reduzido número de estudos que exploram esse cenário, majoritariamente dominado por investigações voltadas às universidades

públicas de grande porte. A presente pesquisa, portanto, propôs-se a contribuir com esse campo ao evidenciar os desafios enfrentados e as potencialidades emergentes da extensão universitária na formação de futuros profissionais de Enfermagem.

A inovação do estudo reside tanto na abordagem crítica adotada quanto na aplicação prática dos achados. Mais do que tratar a extensão como atividade complementar, a pesquisa apontou a necessidade de uma resignificação do processo formativo, orientando-o para uma formação mais engajada socialmente. O alinhamento entre os currículos e as demandas da comunidade fortalece o papel social da universidade e reforça a importância de metodologias que articulem teoria e prática em contextos reais. Nesse sentido, destacou-se a relevância de um currículo flexível e dialógico, que valorize os saberes populares e amplie a capacidade crítica e interventiva dos estudantes.

Paralelamente, foram identificadas dificuldades que interferem na efetivação plena da curricularização da extensão. Entre elas, destacam-se a adaptação dos discentes à nova dinâmica curricular, a busca pelo equilíbrio entre os conteúdos teóricos e as práticas extensionistas nas disciplinas, como os Projetos Interdisciplinares de Extensão, e as limitações institucionais, como o escasso financiamento e o apoio logístico insuficiente aos projetos. Tais entraves impactam diretamente a articulação entre ensino e comunidade, exigindo estratégias de enfrentamento consistentes e integradas.

Com base nessas constatações, recomenda-se que novas pesquisas ampliem a análise sobre os impactos da curricularização da extensão na formação acadêmica, contemplando diferentes abordagens metodológicas e práticas pedagógicas. Estudos comparativos entre IES públicas e privadas também se mostram pertinentes, pois possibilitam uma compreensão mais abrangente das especificidades, estratégias e obstáculos enfrentados em distintos contextos institucionais. Além disso, reforça-se a importância da construção de parcerias intersetoriais entre a universidade, o poder público e a iniciativa privada, como forma de garantir sustentabilidade e capilaridade às ações extensionistas.

Concluo, portanto, que a curricularização da extensão, quando implementada com planejamento, intencionalidade pedagógica e participação coletiva, representa uma estratégia potente para qualificar a formação acadêmico-profissional. Ao fomentar a aproximação entre universidade e sociedade, esse processo contribui para

a formação de profissionais mais críticos, éticos e comprometidos com a transformação social. A presente pesquisa busca, assim, ampliar o debate sobre o tema, oferecendo subsídios para futuras iniciativas e reafirmando a extensão como dimensão estruturante e indissociável do processo formativo no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A.; SILVA, M. L. O Impacto da Curricularização da Extensão nas IES: Desafios e Perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Superior**, 2019.

ALENCAR, M. F. dos S.; MIRANDA, M. H. G. de.; COSTA, M. F. da S. (Orgs.). **Educação, estado e diversidade: perspectivas e desafios**. Recife: editora UFPE, Coleção Educação, saberes e práticas didáticas-pedagógicas, v. 5. 2019. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/123/133/368>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ANDRADE, G. S. M.; BORDA, O. de F. Curricularização da extensão universitária: um estudo sobre os desafios para a implementação nas condições atuais. **Revista Uniaraguaia**, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 79-94, set./dez. 2021.

BAREMBLITT, G. **A Extensão Universitária como Prática Social**. Revista Brasileira de Extensão, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAZZOTTI, Ademir Luiz. **Curricularização da extensão: olhares dos estudantes da pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Fronteira do Sul, Erechin, RS, p. 211, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6284/1/BAZZOTTI.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934.** . Rio de Janeiro [1937]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.** Brasília, DF: Senado, [1988]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Resolução nº 736, de 17 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de Enfermagem. Brasília (DF); 2024.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 59, de 11 de setembro de 2009.** Lex: legislação federal e marginalia. Congresso Nacional, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes BRASIL. Lei Nº nº 13.005,** de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 de dez. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Legislação Federal e Marginalia, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes curriculares para o curso de graduação em enfermagem. Res. CNE/CES nº3. 2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acessado em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação.** Brasília, DF: INEP, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Presidência da República. Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969.** Complementa disposições da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1969.

BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de dez. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria n. 1.721 de 15/12/94.** Dispõe sobre currículo mínimo e duração do curso de Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BENETTI, P. C.; SOUZA, A. I.; SOUZA, M. H. N. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 1, p. 25-32, jan./jun. 2015.

CARVALHO, C. B.; SILVA, M. A. Inclusão da extensão no currículo de Enfermagem: uma análise dos desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Formação de Professores**, 2021.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11–24, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CHAVES, C. J. A.; OLIVEIRA E. P.; ROMAGNANI. P.; ERBANO, C. P. **Projetos de extensão universitária: um compromisso da universidade com a inclusão social.** HOLOS, Ano 35, v.2, e7866, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7866/pdf>. Acesso em: 07 janeiro de 2025.

CUNHA, Dyane Guedes. **Avaliação de impacto da curricularização da extensão: proposta para uma instituição federal de educação profissional e tecnológica.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, p. 101. 2023.

DALMOLIN, B. M.; HERTZOG, V. A. J. **Curricularização da Extensão: Potências e Desafios no Contexto da Gestão Acadêmica.** In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 8. 2015, Curitiba. Anais Eletrônicos. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf. Acesso em: 07 janeiro de 2025.

DANTAS, J. P. **A Curricularização da Extensão: Fundamentos e Desafios. Educação e Sociedade.** 2012.

DEMO, Pedro, Lugar da Extensão. In: FARIA, Dóris Santos (ORG.). **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DUCH, F. F. **Interface extensão universitária e cultura interdisciplinar.** 2006. Dissertação (Mestrado em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação) - Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16561/1/a-UNE-em-tempos-de-autoritarismo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FERREIRA, Fernanda Emanuela. **A curricularização da extensão universitária frente aos marcos legais no contexto de um Instituto Federal de Educação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Administração, Florianópolis – SC, p 130. 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.]. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

FROS, C. L. R. **Curricularização da Extensão: sugestões para a implantação no curso de administração da Unipampa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM, Santa Maria, RS, p, 136. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

GADOTTI, Moacir. Educação e Transformação Social: Desafios da Curricularização da Extensão. **Revista Brasileira de Educação**, 2017.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação* Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/spp/a/hbD5jkw8vp7MxKvfvLHsW9D>. Acesso em: 24 mar. 2025.

GALLEGUILLOS, T. G. B.; OLIVEIRA, M. A. de C. A Gênese e o desenvolvimento histórico da Enfermagem no Brasil. **Revista Esc. Enfermagem - USP**, São Paulo, SP, v. 35, n. 1, mar. 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. **Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; desafios e possibilidades.** In: **Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária.** Curitiba: CRV, 2016.

GOMES, M. de O.; ALVIM, M. H.; CUNHA, R. L. O. R. A curricularização da extensão no ensino superior: desafios, limites e possibilidades. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.30, n.59, p.166-188, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/issue/view/937/Dossi%C3%AA>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GOMES, Marquianas de Freitas Vila Boas. **Interdisciplinaridade e a Interprofissionalidade na ação extensionista in:** Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba, CRV, 2016.

HUIDOBRO, Rodrigo Ávila; ELSEGOOD, Liliana; GARAÑO, Ignacio; HARGUINTEGUY, Facundo. **Universidade, território e transformação social: reflexões em torno dos processos de aprendizagem em movimento.** Tradução de Lucas Antônio de Carvalho Cyrino. [recurso eletrônico]. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de Avellaneda, 2016. Disponível: http://editora.upf.br/images/ebook/Universidade_territorio_ebook.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

JESUS, J. S. de.; SANTOS, J. N. N. E. dos. **Os Desafios da Extensão Universitária em uma Instituição de Educação Superior Privada.** Periódico Científico Outras Palavras. v.9, n. 2. 2013.

LEMOS, C.L.S.; FONSECA, S.G. Knowledge and curricular practices: an analysis on a university-level healthcare course. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.13, n.28, p.57-69, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FsF4VS3gV6k5GZT8VpbTqG/?format=pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

KLETEMBERG, D. F. *et al.* O processo de Enfermagem e a Lei do Exercício Profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Brasília, DF, v. 63, n.1, p. 26-32. 2010.

LIMA, Neylane de Souza. **A Inserção da Extensão na Graduação dos Cursos de Saúde da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) - Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, Petrolina-PE, p. 117. 2023.

MARTINS, L. C, ALMEIDA, R. S. Curricularização da Extensão e a Formação Profissional: Avanços e Obstáculos. **Revista de Ensino e Pesquisa em Extensão**, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 5. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1998.

SOBREIRA, Dayane Nascimento.; SILVA, Iolanda Barbosa da. **História, Sociedade e Educação no Brasil.** Universidade Federal da Paraíba — Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. João Pessoa, Paraíba. 2012

NASCIMENTO, L. K. A. da S. **Ensino do processo de enfermagem: visão dos discentes de graduação de Natal/RN.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Enfermagem, Natal, RN, p. 105. 2011.

NOGUEIRA, M. D. P. A reforma universitária de 1918 e a extensão universitária na perspectiva da descolonização do pensamento latinoamericano. **Revista e+e – Córdoba**, Argentina, v, 5, n, 6. 2018. Disponível: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/39588/2/2018_A%20reforma%20universit%c3%a1ria%20de%201918%20e%20a%20extens%c3%a3o%20universit%c3%a1ria%20na%20perspectiva%20da%20descoloniza%c3%a7%c3%a3o%20do%20pensamento%20latino%20americano.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.2005.

OLIVEIRA, Lúcia de. **História da Enfermagem no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e Faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciências em Extensão**, v.11, n.3, p. 8-27. 2015.

OLIVEIRA, M. A. C. *et al.* Desafios da formação em enfermagem no Brasil: proposta curricular da EEUSP para bacharelado em enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 41, n. esp., p. 820-5, 2007.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 1 dez. 2024.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A. da S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047>. Acesso em: 1 dez. 2024.

PEREIRA, Rafael Madruga. **Ressignificando a extensão: uma trilha de aprendizado e diálogo para a curricularização no instituto federal sulrio-grandense**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação e Tecnologia) - Insituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Petrolina, Pelotas-RS, p. 168. 2023.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

REIS, L. C. dos.; ALVES, C. M.; PAIVA, H. F. B.; ANVERSA, A. L. B.; MOREIRA, E. C.; OLIVEIRA, A. A. B. de.; SOUZA, V. de F. M. de. Curricularização da extensão em cursos da área da saúde: uma revisão integrativa. **Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR**. v. 16, 2022.

RIBEIRO, M. R. F.; MENDES, F. F. F.; SILVA, E. A. Curricularização da Extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Conexão**, v. 14, n. 3, p. 334-342. 2018.

SANTANA, R. Diretrizes Curriculares Nacionais e a Formação Profissional. **Revista Brasileira de Formação de Professores**, 2005.

SANTOS FILHO, José Camilo dos, **Responsabilidade Social da Universidade** - XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas, UFSC, Brasil, 2013.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v, 14, n, 40. 2009.

SCOTT, J. C. **The mission of the university; medieval to postmodern transformation.** The journal of Higher Education, Las Vergas, v.77, n,1, p.1-39, 2006.

SILVA, K. C.; KOCHHANN, A. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 25, n. 3, p. 703-725, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 2 ed, 9º reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, p.156, 2005.

SILVA, M. V. S.; MIRANDA, G. B. N.; ANDRADE, M. A. Sentidos atribuídos à integralidade: entre o que é preconizado e vivido na equipe multidisciplinar. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online], v. 21, n. 62, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijcse/a/dzsrqkw9NhtmJ6MTC3TyL9q/?lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2024.

SOUZA, Margarida Maria de. **Um estudo avaliativo sobre a implantação da curricularização em Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, p, 79. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41144/1/2019_dis_mmdesouza.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024

SOUZA, Ana Luiza Lima. **Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso?** FARIA, Dóris Santos de (Org). Construção conceitual de extensão na América Latina. Brasília, UNB, 2001.

TANNURE, R.; PINHEIRO, M. O Modelo Biomédico e as Transformações na Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2010.

YIN, R. K. **Case Study Research and Applications: Design and Methods.** 6. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2010.

APÊNDICES

Apêndice 01 – Roteiro de Observação

| | |
|---|--|
| 1. Data: | |
| 2. Horário: | |
| 3. Nome da disciplina: | |
| 4. N° de participantes: | |
| 5. Objetivos gerais da aula/atividade: especificar se eles foram indicados pelo professor(a) em algum momento da proposta ou se foram elaborados por vocês após acompanhar a atividade. | |
| 6. Recursos/Materiais didáticos utilizados. | |
| 7. Momentos da aula/atividade: descrever os momentos centrais das atividades de extensão, buscando apontar como se deu o início, se desenvolveu e como foi encerrado a atividade. | |
| 8. Formato de interação e diálogo entre professor(a) e turma: destacar as estratégias de interação utilizadas durante as atividades por parte do(a) professor(a) Indique ainda se há (ou se é proposta) interação entre o(a)s estudantes. | |
| 9. Houve interação e diálogo entre os alunos e os membros da comunidade envolvidos no projeto de extensão. | |
| 10. Descrever atividades realizadas. | |
| 11. Avaliação sobre a interação e aprendizado da turma: identificar elementos a respeito do aprendizado dos estudantes e se as estratégias de interação. | |
| 12. Anotações complementares. | |

Apêndice 02 – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas

| PERGUNTAS NORTEADORAS | OBJETIVO DA ABORDAGEM DO QUESTIONAMENTO |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Compõe NDE de Curso ? () Sim () Não 2. Ministra disciplinas com carga horaria de extensão? () Sim () Não 3. Você conhece o conceito de extensão da instituição? Se sim, poderia citá-lo? 4. O que você entende por curricularização da extensão? | <p>Verificar o nível de conhecimento e envolvimento dos participantes em relação à Curricularização da Extensão no curso</p> |
| <ol style="list-style-type: none"> 5. Você enfrentou ou enfrenta dificuldades para lecionar a disciplina de extensão? Se sim, quais? 6. Você percebe que as atividades de extensão inseridas na matriz curricular do curso de Enfermagem produzem algum tipo de impacto e transformação social? Se sim, qual? 7. Você percebe que as atividades de extensão inseridas na matriz curricular do curso de Enfermagem produzem algum tipo de impacto na formação do(a) estudante? Se sim, qual? | <p>Verificar a compreensão abrangente sobre a implementação e o impacto da Curricularização da Extensão no curso de Enfermagem</p> |
| <ol style="list-style-type: none"> 8. Com vistas a curricularização da extensão universitária, como a sua IES tem se manifestado para garantir sua execução? 9. Você gostaria de deixar alguma sugestão sobre o processo de implantação da curricularização da extensão no curso de Enfermagem? | <p>Verificar quais os desafios, e impactos da Curricularização da Extensão no curso de Enfermagem</p> |

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Caso você não queira, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo.

Caso você queira participar, eu irei te informar sobre todos os procedimentos da pesquisa. Depois de passar a você todas as informações e você aceitar meu convite, será necessário que você assine todas as folhas deste documento. Eu também irei assinar todas as folhas dele, assim como você. Este documento está em duas vias. Uma delas é sua, outra é minha.

Esta pesquisa é intitulada “*CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: A implementação da Curricularização da Extensão no Curso de Enfermagem de uma Faculdade privada do interior do Ceará.*” e tem como objetivo geral “*Analisar a implementação da Curricularização da Extensão universitária no Curso de Graduação em Enfermagem de uma Faculdade do interior do Ceará.*”

O tempo estimado para responder a observação das atividades de extensão será de até 2 horas, o que permite a obtenção de dados de forma confiável e não intrusiva.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper a entrevista semiestruturadas e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Nenhuma pesquisa é isenta de riscos, e, especificamente nesta pesquisa, os riscos são: *Especificar, claramente, os riscos, prejuízos, desconfortos, etc, que podem ser provocados pela pesquisa.*

No entanto, as seguintes medidas serão tomadas para mitigar esses riscos, a saber:

Sua participação neste estudo consistirá inicialmente em permitir a entrada da pesquisadora em sua sala de aula e nos ambientes onde os projetos de extensão

serão realizados, durante suas atividades cotidianas. Isso possibilitará que a pesquisadora observe as metodologias e os conteúdos abordados. Para registrar essas informações, a pesquisadora utilizará uma planilha específica, na qual serão registrados os dados relevantes. A pesquisadora estará inserida no ambiente da sala de aula, porém não haverá intervenção direta em nenhum momento na dinâmica da aula. No segundo momento, a sua participação voluntária contribuirá para o desenvolvimento de estratégias que promovam uma integração significativa da extensão universitária nos currículos de graduação. Para realização desta etapa você indicará no espaço abaixo seu interesse voluntário em participar de reuniões onde serão discutidos novos caminhos para a construção de um novo currículo, nas quais você contribuirá a partir da sua experiência. Solicitamos apenas que indique abaixo seu interesse voluntário na participação destas reuniões.

Os riscos inerentes a sua participação estão relacionados a invasão de privacidade, constrangimento, divulgação de dados confidenciais (por exemplo, RG/CPF registrados no TCLE discriminação e estigmatização do conteúdo revelado. No entanto, os pesquisadores se comprometem a minimizar estes riscos, utilizando as seguintes estratégias:

Os dados serão utilizados somente para fins acadêmicos, tese de doutorado, artigos, livros e resumos, ainda para o sigilo e o anonimato serão respeitados e serão mantidas em caráter confidencial todas as informações contidas no instrumento de coleta. Para prevenção da discriminação do conteúdo revelado, os instrumentos não serão identificados com o nome dos docentes, para tanto serão identificados por números. Da mesma forma, para a manutenção do anonimato dos participantes da pesquisa, as disciplinas serão identificadas por letras.

Quanto o risco de invasão de privacidade e divulgação de dados confidências os instrumentos e TCLEs serão armazenados em nuvens criptografadas, seguindo as políticas de segurança de dados e regulamentos internacionais, como o RGPD e o HIPAA. O aos dados coletados será restrito à pesquisadora e sua orientadora, garantindo conformidade com os mais altos padrões de proteção de dados. No caso das observações, seguiremos um protocolo específico, integrando-nos às atividades sem interação direta, enquanto registraremos detalhes relevantes e complementamos com um diário de campo.

Como benefício desta pesquisa, ao seu término, o relatório final será apresentado à Direção Geral, Coordenação e docentes do Curso de Enfermagem da Instituição. Além disso, os resultados poderão ser compartilhados em eventos científicos da área e publicados em periódicos.

() Autorizo a presença da pesquisadora para observar as atividades de extensão do Curso de Enfermagem

() Não autorizo a presença da pesquisadora para observar as atividades de extensão do Curso de Enfermagem.

Esclarecemos que os voluntários envolvidos nesta pesquisa terão direito à informação a qualquer momento e disponibilizaremos meios diretos de contato, como celular e e-mail, com as pesquisadoras. Além disso, informamos a disponibilidade do CEP/UNIVALI para auxiliá-los na solução de dúvidas e/ou no acolhimento de denúncias.

Prof. Dra. Silmara da Costa Maia e Mestranda Jenislane Silva de Araujo
Contato:

Dra. Silmara: Fone: (47) 91252532, email: silmaramaia@terra.com.br

Mest. Jenislane: Fone (88) 9.9329-6773, email: jenislanes@gmail.com

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do vale do Itajaí – UNIVALI, caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos do pesquisador o Comitê de Ética está disponível para atender.

CEP/UNIVALI - Rua Uruguai, n. 458 Centro Itajaí. Bloco B6, sala 107, Térreo.

Horário de atendimento: Das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30

Telefone: 47- 33417738. E-mail: etica@univali.br

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Local e data:

Nome:

Assinatura do Participante:

Telefone para contato:

Nome do Pesquisador Responsável:

Telefone para contato: **(inserir número do celular e e-mail)**

Nome(s) do(s) pesquisador(es) assistente(s):

Telefone(s) para contato: **(inserir número do celular e e-mail)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Caso você não queira, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo.

Caso você queira participar, eu irei te informar sobre todos os procedimentos da pesquisa. Depois de passar a você todas as informações e você aceitar meu convite, será necessário que você assine todas as folhas deste documento. Eu também irei assinar todas as folhas dele, assim como você. Este documento está em duas vias. Uma delas é sua, outra é minha.

Esta pesquisa é intitulada “*CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: A implementação da Curricularização da Extensão no Curso de Enfermagem de uma Faculdade privada do interior do Ceará.*” e tem como objetivo geral “*Analisar a implementação da Curricularização da Extensão universitária no Curso de Graduação em Enfermagem de uma Faculdade do interior do Ceará.*”

O tempo estimado para sua participação na entrevista semiestruturada será de até 10 minutos, garantindo que você possa responder a todas as perguntas de forma tranquila

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper a entrevista semiestruturada e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Nenhuma pesquisa é isenta de riscos, e, especificamente nesta pesquisa, os riscos são: *Especificar, claramente, os riscos, prejuízos, desconfortos, etc, que podem ser provocados pela pesquisa.*

No entanto, as seguintes medidas serão tomadas para mitigar esses riscos, a saber:

Sua participação neste estudo consistirá inicialmente em permitir a entrada da pesquisadora em sua sala de aula e nos ambientes onde os projetos de extensão serão realizados, durante suas atividades cotidianas. Isso possibilitará que a pesquisadora observe as metodologias e os conteúdos abordados. Para registrar essas informações, a pesquisadora utilizará uma planilha específica, na qual serão registrados os dados relevantes. A pesquisadora estará inserida no ambiente da sala de aula, porém não haverá intervenção direta em nenhum momento na dinâmica da aula. No segundo momento, a sua participação voluntária contribuirá para o desenvolvimento de estratégias que promovam uma integração significativa da extensão universitária nos currículos de graduação. Para realização desta etapa você indicará no espaço abaixo seu interesse voluntário em participar de reuniões onde serão discutidos novos caminhos para a construção de um novo currículo, nas quais você contribuirá a partir da sua experiência. Solicitamos apenas que indique abaixo seu interesse voluntário na participação destas reuniões.

Os riscos inerentes a sua participação estão relacionados a invasão de privacidade, constrangimento, divulgação de dados confidenciais (por exemplo, RG/CPF registrados no TCLE discriminação e estigmatização do conteúdo revelado. No entanto, os pesquisadores se comprometem a minimizar estes riscos, utilizando as seguintes estratégias:

Os dados serão utilizados somente para fins acadêmicos, tese de doutorado, artigos, livros e resumos, ainda para o sigilo e o anonimato serão respeitados e serão mantidas em caráter confidencial todas as informações contidas no instrumento de coleta. Para prevenção da discriminação do conteúdo revelado, os instrumentos não serão identificados com o nome dos docentes, para tanto serão identificados por números. Da mesma forma, para a manutenção do anonimato dos participantes da pesquisa, as disciplinas serão identificadas por letras.

Quanto o risco de invasão de privacidade e divulgação de dados confidências os instrumentos e TCLEs serão armazenados em nuvens criptografadas, seguindo as políticas de segurança de dados e regulamentos internacionais, como o RGPD e o HIPAA. O aos dados coletados será restrito à pesquisadora e sua orientadora, garantindo conformidade com os mais altos padrões de proteção de dados. No caso das observações, seguiremos um protocolo específico, integrando-nos às atividades

sem interação direta, enquanto registraremos detalhes relevantes e complementamos com um diário de campo.

Como benefício desta pesquisa, ao seu término, o relatório final será apresentado à Direção Geral, Coordenação e docentes do Curso de Enfermagem da Instituição. Além disso, os resultados poderão ser compartilhados em eventos científicos da área e publicados em periódicos.

() Aceito responder a entrevista semiestruturada a fim de investigarmos como ocorreu o processo de implementação da Curricularização da Extensão no currículo do Curso de Enfermagem.

() Não responder a entrevista semiestruturada a fim de investigarmos como ocorreu o processo de implementação da Curricularização da Extensão no currículo do Curso de Enfermagem.

Esclarecemos que os voluntários envolvidos nesta pesquisa terão direito à informação a qualquer momento e disponibilizaremos meios diretos de contato, como celular e e-mail, com as pesquisadoras. Além disso, informamos a disponibilidade do CEP/UNIVALI para auxiliá-los na solução de dúvidas e/ou no acolhimento de denúncias.

Pesquisadoras participantes:

Prof. Dra. Silmara da Costa Maia e Mestranda Jenislane Silva de Araujo

Contato:

Dra. Silmara: Fone: (47) 91252532, email: silmaramaia@terra.com.br

Mest. Jenislane: Fone (88) 9.9329-6773, email: jenislanes@gmail.com

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do vale do Itajaí – UNIVALI, caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos do pesquisador o Comitê de Ética está disponível para atender.

CEP/UNIVALI - Rua Uruguai, n. 458 Centro Itajaí. Bloco B6, sala 107, Térreo.

Horário de atendimento: Das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30

Telefone: 47- 33417738. E-mail: etica@univali.br

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me

garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Local e data:

Nome:

Assinatura do Participante:

Telefone para contato:

Nome do Pesquisador Responsável:

Telefone para contato: **(inserir número do celular e e-mail)**

Nome(s) do(s) pesquisador(es) assistente(s):

Telefone(s) para contato: **(inserir número do celular e e-mail)**

Apêndice 04 – Cronograma das Observações

| Maio/2024 | | | | | | |
|-----------|---|------|--|------|--|------|
| Dom. | Seg. | Ter. | Qua. | Qui. | Sex. | Sáb. |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| | | | | | | |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| | | | | | | |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão I Período diurno | | Projeto Interdisciplinar de Extensão III Período noturno | | Projeto Interdisciplinar de Extensão II Período diurno | |
| 19 | 20 | | 21 | 22 | 23 | 24 |

| | | | | | | |
|-------------------|--|-------------|---|-------------|---|---|
| | Projeto Interdisciplinar de Extensão I Período noturno | | Projeto Interdisciplinar de Extensão III Período diurno | | Projeto Interdisciplinar de Extensão II Período noturno | |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | |
| Junho/2024 | | | | | | |
| Dom. | Seg. | Ter. | Qua. | Qui. | Sex. | Sáb. |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| | | | Projeto Interdisciplinar de Extensão III Período diurno | | Projeto Interdisciplinar de Extensão II Período diurno | Projeto Interdisciplinar de Extensão I Período diurno |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | | | | | | |

ANEXO

Anexo 01 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



Continuação do Parecer: 6.773.324

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A implementação da Curricularização da Extensão no Curso de Enfermagem de uma Faculdade privada do interior do Ceará.

Pesquisador: Silmara da Costa Maia

ÁREA TEMÁTICA:

Versão: 1

CAAE: 78290224.8.0000.0120

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Itajaí

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.773.324

APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

A pesquisa proposta adota uma abordagem qualitativa e tem como objetivo analisar a implementação da Curricularização da Extensão universitária no Curso de Graduação em Enfermagem de uma Faculdade do interior do Ceará. Os participantes serão docentes que ministram disciplinas com referido curso.

A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada aplicado aos docentes e observação das práticas em contexto, especialmente nas disciplinas de Projeto Interdisciplinar de Extensão I, II e III do Curso. Serão observadas pelo menos três aulas em cada disciplina, totalizando 36 horas de observação. Os dados coletados serão analisados utilizando a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), que envolve as fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A validade dos resultados será assegurada pela coerência interna e sistemática entre essas fases, visando garantir o rigor na organização do estudo e prevenir ambiguidades.

Haverá uso de fontes secundárias, incluindo o Projeto Pedagógico do Curso, os planos de ensino e o guia da extensão universitária para o Curso de Graduação em Enfermagem. Essas fontes secundárias fornecerão contexto, comparativos e embasamento para a entrevista semiestruturada com os docentes e observação das atividades extensionistas. O cronograma de execução prevê a realização da pesquisa durante os meses de maio a julho de 2024, com a coleta de dados e análise ocorrendo ao longo desse período, visando garantir a validade e a coerência dos resultados.

Endereço: Rua Uruguai, 458, Bloco B7, sala 114

Bairro: CENTRO

CEP: 88.302-901

UF: SC

Município: ITAJAI

Telefone: (47)3341-7738

Fax: (47)3341-7744

E-mail: etica@univali.br



Continuação do Parecer: 6.773.324

OBJETIVO DA PESQUISA:

Objetivo Primário:

Analisar a implementação da Curricularização da Extensão universitária no Curso de Graduação em Enfermagem de uma Faculdade do interior do Ceará.

Objetivo Secundário:

Descrever o percurso da implantação da Curricularização da Extensão no curso; Identificar os desafios enfrentados pelo curso durante o processo de implantação da Curricularização da Extensão; Descrever como o curso está incorporando a Curricularização da Extensão em seu projeto pedagógico.

AValiação DOS RISCOS E BENEFÍCIOS:

Os pesquisadores apresentaram os riscos associados a proposta de pesquisa, bem como suas medidas mitigatórias, estando os riscos em uma proporção razoável aos benefícios diretos e indiretos para os participantes da pesquisa.

COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Proposta de pesquisa apresentada com clareza e objetividade. Os pesquisadores apresentaram todo o percurso metodológico para desenvolvimento da mesma, estando todas as etapas condizentes com as prerrogativas da resolução CNS n.466/2012 e suas complementares

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERMOS DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

Todos os Termos de apresentação obrigatória estão em conformidade e anexados na Plataforma Brasil, com as devidas assinaturas (quando aplicável).

CONCLUSÕES OU PENDÊNCIAS E LISTA DE INADEQUAÇÕES:

O protocolo está APROVADO, por estar em acordo com as prerrogativas éticas exigidas nas resoluções CNS 466/12 e suas complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS A CRITÉRIO DO CEP:

Conforme Resolução CNS 466/12 VII. 13 cabe ao CEP: d) acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores. Deste modo, os pesquisadores devem informar o CEP sempre que houver mudanças no protocolo, por meio de submissão para análise

Endereço: Rua Uruguai, 458, Bloco B7, sala 114

Bairro: CENTRO

CEP: 88.302-901

UF: SC

Município: ITAJAI

Telefone: (47)3341-7738

Fax: (47)3341-7744

E-mail: etica@univali.br



UNIVERSIDADE DO VALE DO
ITAJAÍ-UNIVALI/SANTA
CATARINA



da Emenda de protocolo, e deverá apresentar relatórios parciais periodicamente e relatório final após conclusão do trabalho.

Continuação do Parecer: 6.773.324

Endereço: Rua Uruguai, 458, Bloco B7, sala 114

Bairro: CENTRO

CEP: 88.302-901

UF: SC

Município: ITAJAI

Telefone: (47)3341-7738

Fax: (47)3341-7744

E-mail: etica@univali.br

**ESTE PARECER FOI ELABORADO BASEADO NOS DOCUMENTOS ABAIXO
RELACIONADOS:**

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|--------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2304412.pdf | 15/03/2024 12:30:28 | | Aceito |
| Outros | Roteirodeobservacao.docx | 15/03/2024 12:28:18 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| Outros | Aplicação de entrevista semiestruturada.docx | 15/03/2024 12:27:50 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLEobservacao.docx | 15/03/2024 12:26:53 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE entrevista semiestruturada.docx | 15/03/2024 12:26:36 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| Outros | TERMODEUTILIZACAODEDADOS.pdf | 15/03/2024 12:26:16 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projetodetalhado.docx | 15/03/2024 12:25:37 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | TERMODECOMPROMISSO.pdf | 15/03/2024 12:25:13 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | termoaceiteorientacao.docx | 15/03/2024 12:24:22 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| Declaração de concordância | TERMODEANUENCIA.pdf | 15/03/2024 12:23:26 | Silmara da Costa Maia | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRosto.pdf | 15/03/2024 12:22:22 | Silmara da Costa Maia | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

NECESSITA APRECIÇÃO DA CONEP:

Não

ITAJAI, 18 de Abril de 2024

ASSINADO POR:

Pollyana Bortholazzi Gouvea(